



INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS E A LONGEVIDADE

SUMÁRIO

Carta aos Leitores	5
Bem-vindos	8
Equipe e Parceiros	10

CAPÍTULO 1

<i>Investimentos sociais privados: o que são, de onde vêm e para onde vão</i>	
Introdução	12
O papel das empresas nos desafios sociais	14
Novos olhares	20
Investimento Social Privado no Brasil	24
Investimento Social: Uma agenda que veio para ficar	30
Investimento com Propósito: A Visão da Fundação Dom Cabral	33
Aprendizados: Investimentos Sociais Privados	40

CAPÍTULO 2

<i>A Revolução da Longevidade</i>	
Introdução	42

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável x Longevidade	46
--	----

ODS#8 na Longevidade foi destaque no Fórum Econômico Mundial	51
--	----

O envelhecimento também impacta (e muito!) a economia e os negócios	55
---	----

Como a revolução da longevidade impacta a vida das pessoas	56
--	----

Os novos maduros vão às compras: como a revolução da longevidade transforma o mundo dos negócios	57
--	----

As profundas transformações na sociedade com a nova dinâmica populacional	58
---	----

CAPÍTULO 3

Encontro dos Investimentos Sociais Privados com a Longevidade

Introdução	60
------------	----

Fundo do Idoso: tudo o que você precisa saber	62
---	----

A janela ideal para a criação de Fundos do Idoso	69
--	----

Onde o Fundo do Idoso já funciona e onde ainda não	72
--	----

Transparência como instrumento para alavancar mais recursos para as leis de incentivo	75
O Fundo do Idoso como Investimento Social	78
O Fundo do Idoso na Prática: o exemplo de Belo Horizonte	82
O Fundo do Idoso, pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Belo Horizonte	84
O Programa BASIS, beneficiado pelo Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte	91
Investimento social pelo olhar de quem investe	94
Aprendizados: Encontro dos Investimentos Sociais Privados com a Longevidade	99

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Estudos e Pesquisas	101
Links	102

CARTA AOS LEITORES



Antonio Batista da Silva

Presidente executivo da
Fundação Dom Cabral (FDC).

O investimento social privado desempenha um papel importante na promoção do bem comum e no progresso da sociedade. Cada vez mais, as empresas reconhecem sua responsabilidade e capacidade para fomentar futuros mais sustentáveis, percebendo que lacunas e necessidades sociais podem ser melhor atendidas por meio de modelos de governança inovadores que integram o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil.

Em 2023, conforme dados do GIFE, apenas os investimentos sociais privados de seus associados no Brasil alcançaram 5,6 bilhões de reais. A publicação “Investimentos Sociais Privados e a Longevidade” não apenas dissemina conhecimento, mas também destaca iniciativas práticas neste campo. O estudo enfatiza a importância da colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil para melhorar a qualidade de vida

dos idosos, ressaltando que essa melhoria pode ser feita, inclusive, por investimento social via leis de incentivo. Um contexto ainda pouco conhecido – em 2022, apenas 26% das organizações utilizaram essas leis para apoiar fundos municipais dos direitos dos idosos.

Na FDC, geramos impacto positivo na sociedade por meio de conhecimento, iniciativas institucionais e soluções em educação Executiva, Acadêmica e Social. Temos o compromisso ético de desenvolver lideranças e organizações que possam contribuir com o enfrentamento dos desafios da humanidade e do planeta.

O FDC Centro Social Cardeal Dom Serafim trabalha para reduzir desigualdades sociais no Brasil por meio da educação de jovens em vulnerabilidade, empreendedores populares e organizações sociais, acreditando que a educação é o caminho mais sustentável para as transformações necessárias nos tempos atuais. No Capítulo 1 desta publicação, você encontrará uma entrevista com a vice-presidente da Educação Social da FDC, Ana Carolina Almeida, que compartilha a visão da instituição sobre o tema. O tempo e a história já nos mostraram que grandes desafios também impulsionam boas oportunidades e que a colaboração aumenta o alcance e o impacto das soluções.

Esse estudo é fruto dessa crença e, portanto, cabe agradecer ao Fundo Municipal do Idoso de BH, ao Conselho Municipal do Idoso de BH e à Prefeitura de Belo Horizonte, em Minas Gerais, o segundo estado do Brasil com o maior número de pessoas acima de 60 anos (2,3 milhões). Por meio desse apoio, fortalecemos nossas iniciativas de capacitação e de desenvolvimento pessoal e social para organizações que cuidam de pessoas com mais de 60 anos.

Nosso agradecimento também vai para Brasilprev, B3, Cemig, Instituto Votorantim, Instituto Unimed BH e Usiminas pelo patrocínio e confiança. Este é um momento crucial em que a colaboração é fundamental para impulsionar esforços e criar valor compartilhado.

Esperamos que esta publicação não apenas reflita essa colaboração, mas também inspire aqueles comprometidos em contribuir para um mundo em que a longevidade seja uma conquista possível e não apenas um privilégio em nossa sociedade. ■

BEM-VINDOS



Michelle Queiroz Coelho

Professora Associada da Fundação Dom Cabral
e Coordenadora do FDC Longevidade.

A revolução da longevidade e seus impactos nas pessoas, nos negócios e na sociedade crescem exponencialmente, trazendo desafios e oportunidades para todos. Diante desse cenário, o FDC Longevidade, iniciativa pioneira de geração e disseminação de conhecimento sobre o tema, já lançou 5 publicações desde 2020 e realizou eventos sobre cada um dos temas abordados, tudo disponível gratuitamente.

Agora, continuamos nossa jornada apresentando nossa sexta publicação, que traz o encontro da longevidade com o investimento social privado para a pauta. Destacamos o incentivo fiscal, por meio do Fundo do Idoso, como um exemplo do impacto positivo que a articulação intersetorial entre governo, setor privado e sociedade civil pode ter para a população idosa do país.

Esperamos que esta leitura inspire não apenas conhecimento, mas a prática de iniciativas em favor da causa da longevidade. Ah, e um convite: se gostar, compartilhe em sua rede, contribuindo para ampliar o ecossistema em prol da longevidade no nosso país. Clique aqui para acessar: www.fdc.org.br/fdclongevidade ■

EQUIPE E PARCEIROS

Coordenação FDC:
Professora Michelle Queiroz

Coordenação Data8:
Cléa Klouri, Layla Vallias

Pesquisa & Redação:
Betânia Lins

Revisão:
Tânia Lins

Edição:
Pedro Hércules

Design:
Ana Calvache

Artista Visual:
Estevam Gomes

Agradecimentos especiais aos entrevistados e articulistas:
Ana Carolina Almeida, Antônio Batista, Gelton Pinto Coelho, Luiza Ribeiro Fagundes, Dra. Mercês Fróes, Raphael Mayer e Stefane Rabelo

Parceiros:

PATROCÍNIO:



FOMENTO:



REALIZAÇÃO:





CAPÍTULO 1

INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS:

O que são, de onde vêm e para
onde vão



O Investimento Social Privado (ISP) é a mobilização de recursos privados para fins públicos, realizado de forma planejada, monitorada e sistemática para iniciativas sociais, ambientais, culturais e científicas de interesse público.

Fonte: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)

Não Olhe para



Photo: cinepop.com.br

Na comédia “Não Olhe para Cima”, de 2021, dois astrônomos descobrem um cometa que colidirá com a Terra em seis meses. Eles lutam para convencer a população e os líderes mundiais a tomarem medidas para evitar a catástrofe. O tom sarcástico escolhido pelo diretor mostra como, muitas vezes, escolhemos não enxergar a urgência e o óbvio mesmo diante de evidências.

Quem trabalha com Investimentos Sociais Privados sente isso na pele todos os dias. De um lado, enormes desafios com soluções conhecidas. Do outro, muito capital disponível que ainda não é direcionado a essas iniciativas. Um exemplo claro está no envelhecimento populacional: todos sabemos dessa realidade e sabemos que existem medidas práticas a serem tomadas, como a preparação de cuidadores e criação de vagas de trabalho para trabalhadores 60+. No entanto, pouco ainda é feito nessa direção. Para nossa sorte, assim como os cientistas do filme, cada vez mais pessoas e setores da sociedade têm se debruçado sobre esses desafios, apontando caminhos e soluções.

Neste capítulo, você vai mergulhar no papel das empresas diante dos desafios sociais e ambientais atuais. Vamos desvendar conceitos-chave, dar uma espiada no futuro e fazer um raio X detalhado dos Investimentos Sociais Privados no Brasil.

A portrait of Tatiana Ponce, CMO of Natura & Co., with her hands clasped and a thoughtful expression. The background is a blurred cityscape.

O papel das empresas nos desafios sociais

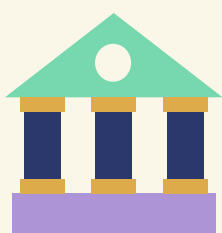
“Ser sustentável não é mais o suficiente. Como empresa, temos responsabilidade sobre o impacto da vida das pessoas. Uma campanha que aprovamos, um novo produto, uma ideia, isso pode impactar positivamente ou negativamente a vida de pessoas, hábitos. A responsabilidade, que sempre foi grande, virou maior. Temos um grande poder de transformar e impactar positivamente a sociedade e o planeta.”

Tatiana Ponce, CMO da Natura & Co. em entrevista ao Meio & Mensagem sobre sua participação no palco do SXSW em março de 2024.

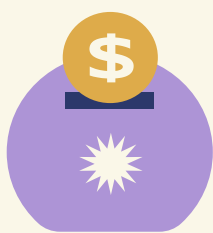
Foto: claudia.abril.com.br

Nos últimos anos, a sociedade começou a cobrar que as empresas assumam um papel ativo na solução dos principais problemas do planeta, não apenas minimizando seus impactos negativos, mas também contribuindo positivamente para a vida de todos.

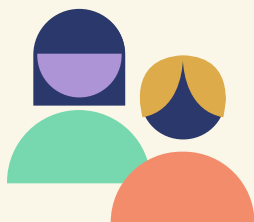
Como consequência, emergiram diversos movimentos preocupados em tornar a atuação das empresas mais efetiva nesse sentido.



Da parte dos governos, regulações mais rígidas e incentivos a empresas que, por exemplo, empreguem pessoas de grupos minorizados. Por outro lado, governos também compartilham essas responsabilidades com as empresas, com mecanismos de incentivo ao Investimento Social Privado.



Da parte de quem investe, exigências de maior tomada de responsabilidade — daí, em parte, o movimento ESG — para colocarem seu dinheiro na mão das empresas. Há, também, aqueles investidores que se preocupam em prestigiar negócios que atuam diretamente na solução desses desafios — os negócios de impacto.



Da parte de quem consome, mais consciência de seu poder, exigindo produtos feitos de acordo com seus padrões éticos. Aqui, se encaixam desde compradores de café preocupados com as condições de trabalho nas plantações a consumidores que preferem roupas e acessórios de material reciclado.

Os Investimentos Sociais Privados são um dos resultados dessa relação entre empresas e sociedade, na medida em que as companhias passam a dedicar parte de seus lucros e esforços para solucionar problemas da sociedade e do planeta.



Cerca de 60 milhões de brasileiros se preocupam, são comprometidos e engajados com a sustentabilidade.

Fonte: Sustentabilidade Dossiê Brasil, A Arte da Marca, 2022.

QUEM SE IMPORTA SAI NA FRENTE

Uma sopa de letrinhas começa a ser preparada no universo de Investimentos Sociais Privados — siglas, conceitos e critérios — para guiar e avaliar a atuação das empresas. Conheça alguns desses termos:



SUSTENTABILIDADE



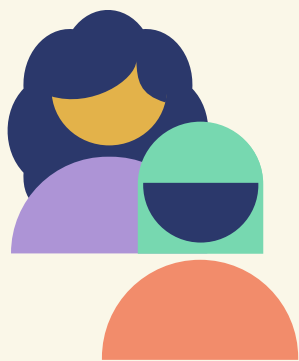
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo



O que significa:

Suprir as necessidades da geração presente sem afetar as gerações futuras de suprir as suas. De acordo com o consultor John Elkington, o tripé da sustentabilidade é: o desenvolvimento econômico, o bem-estar das pessoas e a saúde do planeta.

Fonte: Sustentabilidade Dossiê Brasil, A Arte da Marca, 2022.



ESG: MUITO ALÉM DO VERDE

ANO
2004



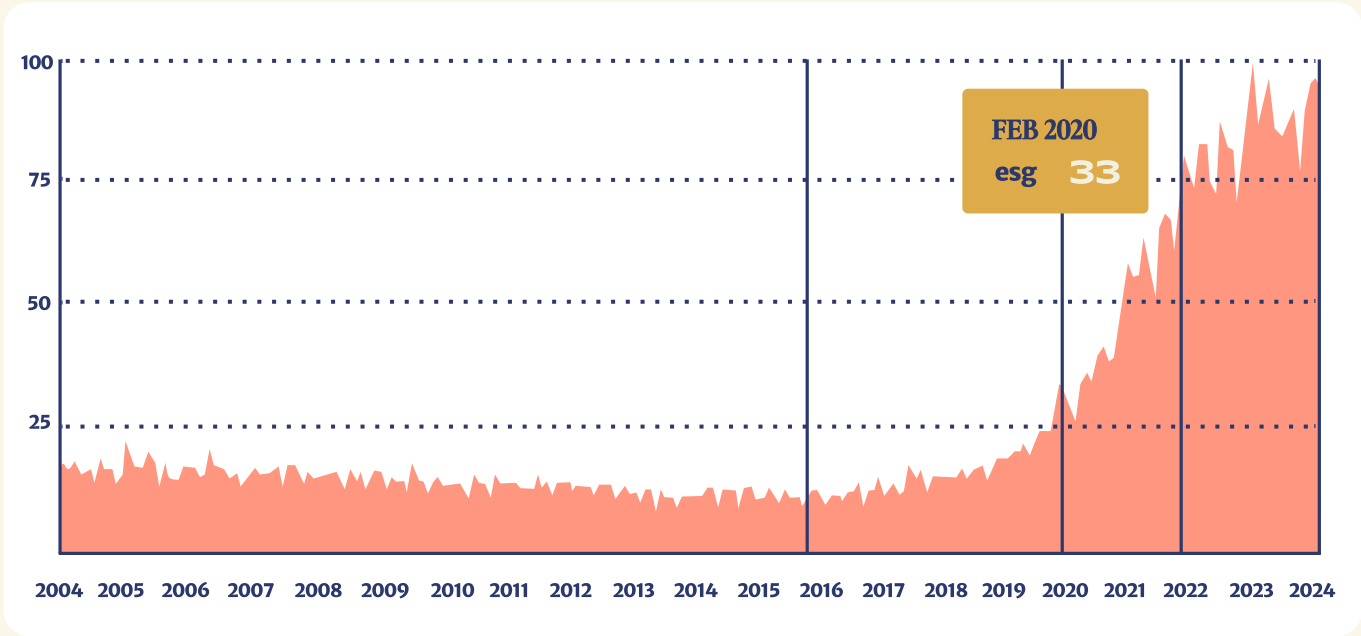
Publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada *Who Cares Wins*.



O que significa:

Ainda muito associado a questões ambientais como mudanças climáticas e escassez de recursos naturais, o acrônimo ESG — do inglês Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança) — é mais amplo. Trata-se de um conjunto de práticas implementadas pelas empresas para conectar os aspectos ambientais, sociais e de governança à própria operação e atividade principal. O objetivo da atenção às práticas é não apenas reduzir o impacto negativo gerado como promover o impacto positivo. Criado há quase 20 anos, o assunto foi ganhando espaço nas últimas décadas, com marcos importantes no Brasil, como a criação do ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial B3), que acompanha empresas líderes no tema listadas na bolsa brasileira. O primeiro ano de pandemia marca um grande aumento da atenção ao ESG, com o assunto estampando capas de grandes revistas, entrando como regra para investimento por parte de fundos bilionários e ganhando a sociedade, conforme mostra o gráfico abaixo, com a popularidade relativa do termo em pesquisas no Google mundo afora.

BUSCA POR ESG NO GOOGLE



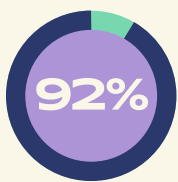
Fonte: Google Trends

Já sabemos que o tema é importante...



5 de cada 10 executivos brasileiros têm interesse em ESG

Fonte: Panorama 2024, Amcham Brasil | Sustentabilidade Dossiê Brasil 2023/2024.



92% dos executivos brasileiros concordam que ESG é “extremamente importante” ou “muito importante” para o futuro das empresas.

Fonte: Líderes de Negócios e ESG, Data Makers, 2023 | Sustentabilidade Dossiê Brasil 2023/2024.



MAS ESTÁ NA HORA DE SE APROFUNDAR NO ASSUNTO.

Apenas 16% dos executivos brasileiros dizem conhecer o tema em profundidade.

Fonte: Líderes de Negócios e ESG, Data Makers, 2023 | Sustentabilidade Dossiê Brasil 2023/2024.



ODS - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Agenda 2030, Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas.



O que significa:

A Agenda 2030 é um plano para todas as nações e organizações interessadas em trabalhar juntas no combate a questões socioambientais até 2030, que apresenta 17 objetivos ousados, conhecidos como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dentro dos 17 ODS, existem outras 169 submetas que hoje fazem parte do planejamento de 193 países e organizações pelo mundo.

Fonte: Sustentabilidade Dossiê Brasil, A Arte da Marca, 2022.



Novos Olhares

“Os Negócios Regenerativos empregam um conjunto diversificado e em constante evolução de estruturas projetadas em torno da solidariedade geradora, em vez do lucro extrativo. Com isso, exigem consciência de todos os seus agentes protagonistas: consumidores, fornecedores e produtores.”

Florence Laloë, Fundadora e Diretora da YBIRÁ Solutions, na Europa, e Consultora Climate Ventures para o estudo Onda Verde.

Além da sopa de letrinhas que nos ajuda a navegar no tema dos investimentos sociais, estamos vendo surgir novas lentes, ainda não tão populares como o ESG, para olhar a organização das empresas e da sociedade. Apresentamos abaixo dois conceitos que se alinham a uma maior integração entre a atuação das empresas e os desafios do nosso tempo.

ECONOMIA REGENERATIVA

Os Negócios Regenerativos empregam um conjunto diversificado e em constante evolução de estruturas projetadas em torno da solidariedade geradora, em vez do lucro extrativo, exigindo consciência de todos os seus agentes protagonistas na qualidade de consumidores, fornecedores ou produtores.

Lançado em 2015, o livro *Capitalismo Regenerativo: Como Padrões e Princípios Universais Irão Moldar a Nova Economia* – de John B. Fullerton, economista americano, investidor e presidente do Capital Institute – propõe, pela primeira vez, a transição econômica para uma forma de viver mais justa, resiliente e regenerativa para todos.

A EVOLUÇÃO PARA A ECONOMIA REGENERATIVA



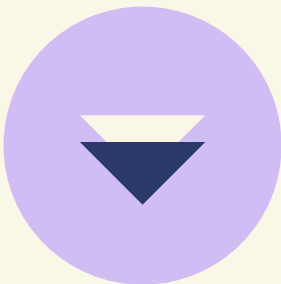
Fonte: Infográfico inspirado no artigo *O que é a economia regenerativa e por que isso importa à sua empresa*, do Draft.

“É preciso conscientizar as pessoas de que a mudança que começamos a reconhecer pelo movimento do ‘ESG’, passando pela transição de cadeias lineares para cadeias regenerativas, não impacta somente na produção ou comunicação, mas, de forma integrada, também se relaciona a como consumimos, trabalhamos, nos relacionamos etc. É uma mudança na forma como vivemos e, por isso, do funcionamento da economia.”



Paula Costa, especialista em Economia da Paixão. Cocriadora Inquietesi: laboratório da Economia da Paixão para a transição à Era Digital, regida pela Consciência.

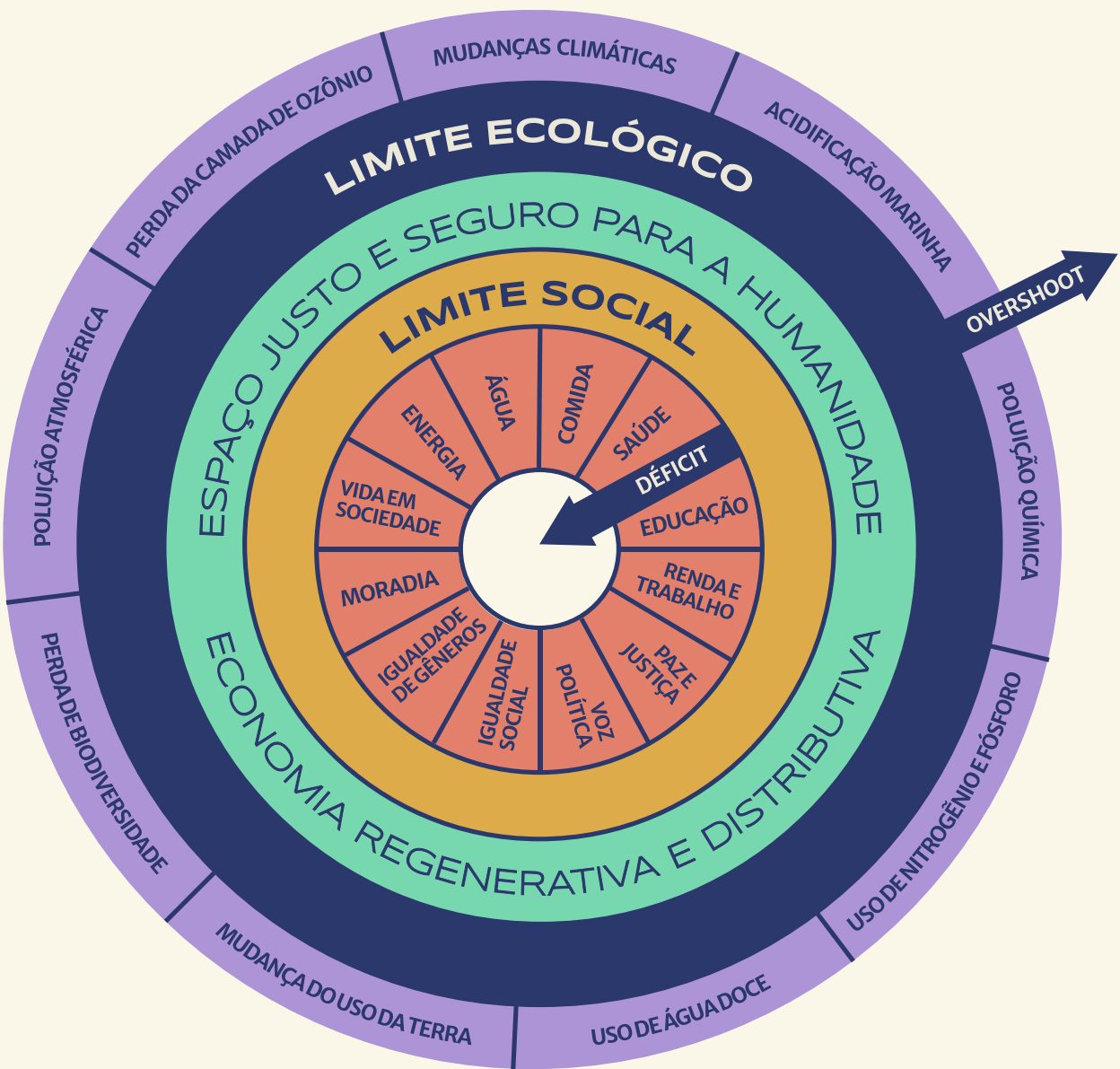
Foto: Arquivo pessoal



ECONOMIA DONUT

BÚSSOLA PARA UM FUTURO

Criada em 2013 pela economista e professora da Universidade de Oxford, Kate Raworth, a **Economia Donut** propõe um modelo que coloca as necessidades básicas das pessoas e a saúde do planeta no centro da atividade econômica. Como o famoso doce preferido de Homer Simpson, a Economia Donut tem um limite interno, que representa as necessidades básicas como alimentação, saúde e educação, a que todos devem ter acesso, e um externo, que representa os limites ecológicos do planeta, que não podem ser ultrapassados sem causar danos irreversíveis. Entre esses limites, existe um espaço onde a economia pode prosperar de forma justa e sustentável.



Investimento Social Privado no Brasil

Agora que você já sabe o que são, vamos entender quem são e para onde vão os Investimentos Sociais Privados no Brasil com dados do Censo GIFE 2022–2023, produzido pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

Foto: unsplash.com

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: QUEM SÃO?

(Previsão do Censo GIFE 2022–2023)



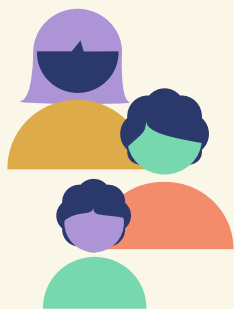
EMPRESAS

Fazem seu investimento social diretamente, por meio de área e/ou departamento da companhia, em vez de fazê-lo por meio de um instituto, de uma fundação ou de um fundo empresarial propriamente criado para esse fim.



INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E FUNDOS EMPRESARIAIS

São organizações criadas, mantidas e com governança ligada a uma empresa ou a um grupo empresarial. Apesar de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais contarem com fonte de recursos corporativos, a atuação em ISP pode ser bastante diferente, inclusive em termos de natureza jurídica.



INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E FUNDOS FAMILIARES

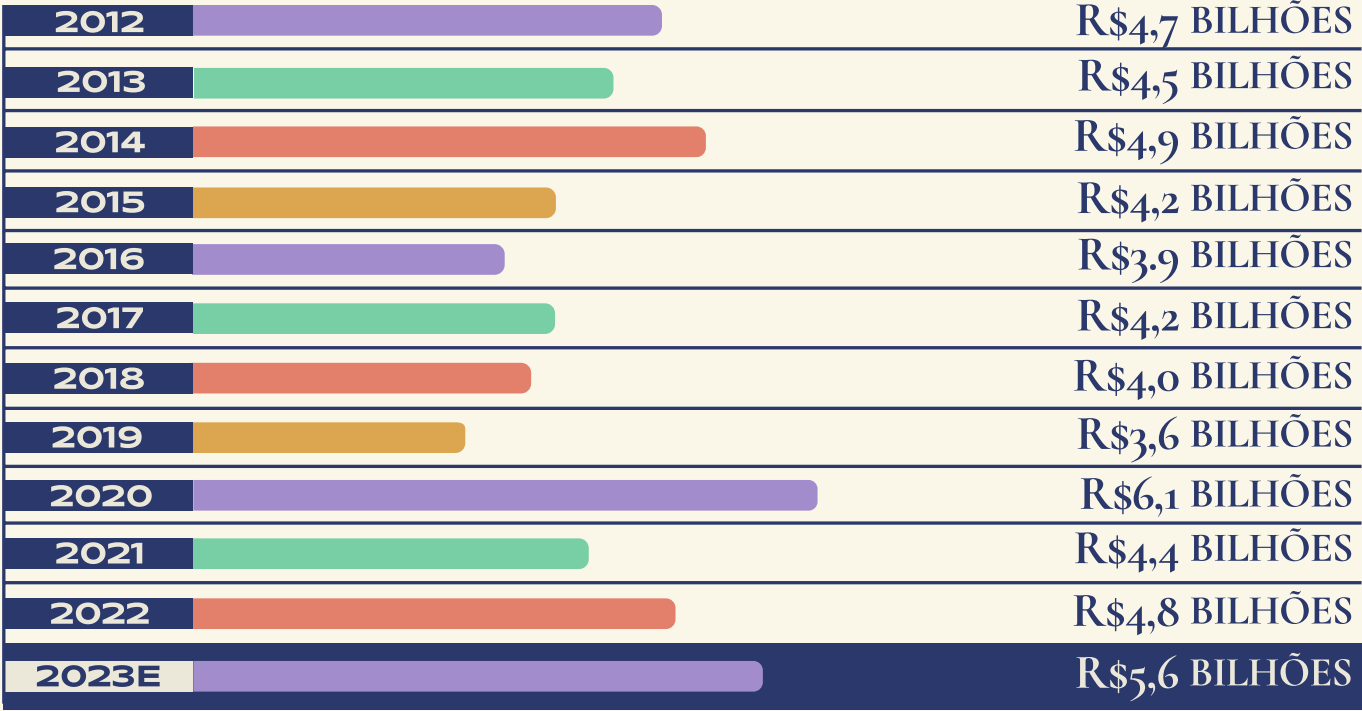
São organizações criadas, mantidas e com governança ligada a um filantropo e/ou à sua família.



INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E FUNDOS INDEPENDENTES

São organizações que não dependem financeiramente de uma fonte exclusiva ou majoritária, nem têm sua governança vinculada a uma família ou empresa.

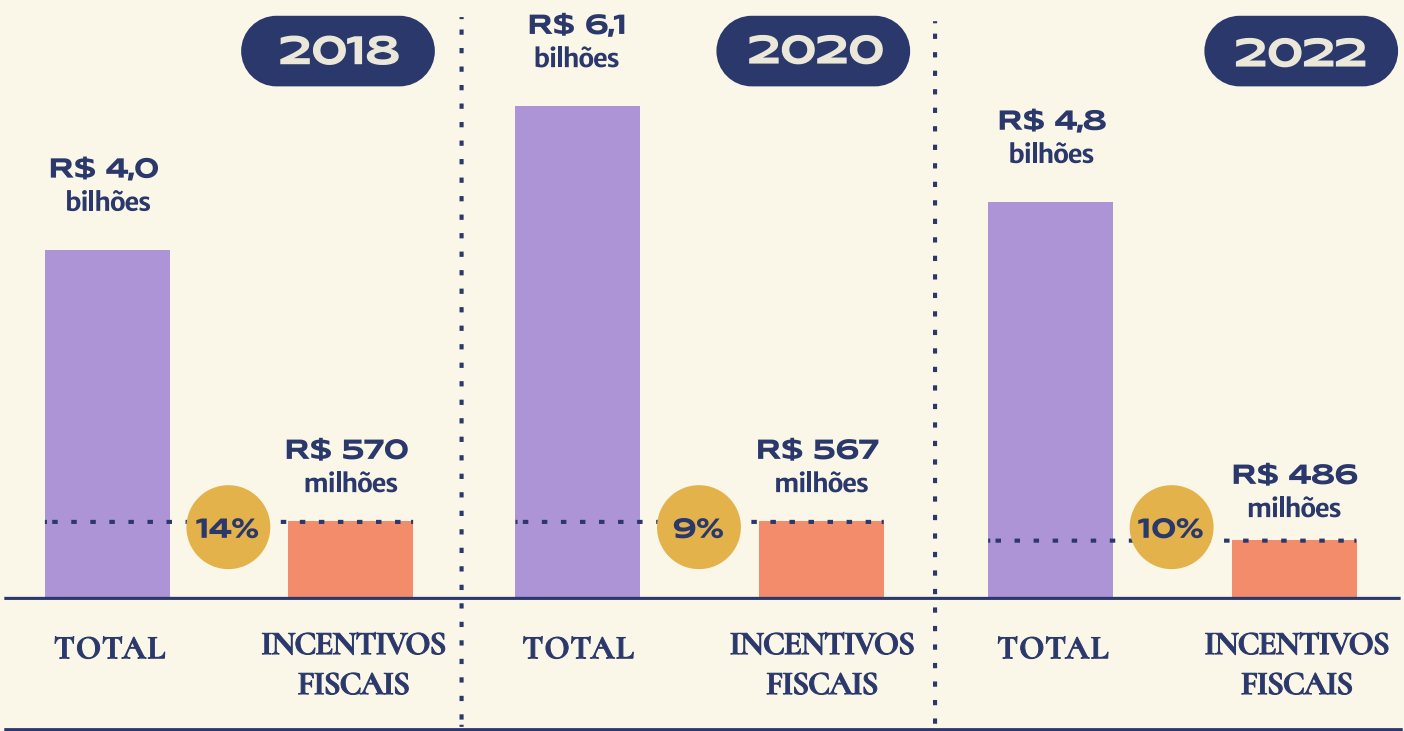
Investimento Social Privado no Brasil: últimos 11 anos



Em 2023, os Investimentos Sociais Privados no Brasil foram de 5,6 bilhões de reais.

Fonte: Previsão do Censo GIFE 2022-2023.

Participação de Incentivos Fiscais no Investimento Total 2018–2022



*Valores em milhões de reais de 2022, atualizados pelo IPCA. O número total de organizações que informaram incentivos fiscais foi de 47, em 2018; 42, em 2020; e 39, em 2022. O total de organizações que informaram o total investido foi de 128, em 2018; 126, em 2020; e 134, em 2022.



Somente 10% do total investido em 2022 se deu por meio de leis de incentivo fiscal.

Leis de incentivo fiscal utilizadas pelas organizações em 2022

LEIS FEDERAIS



LEIS ESTADUAIS

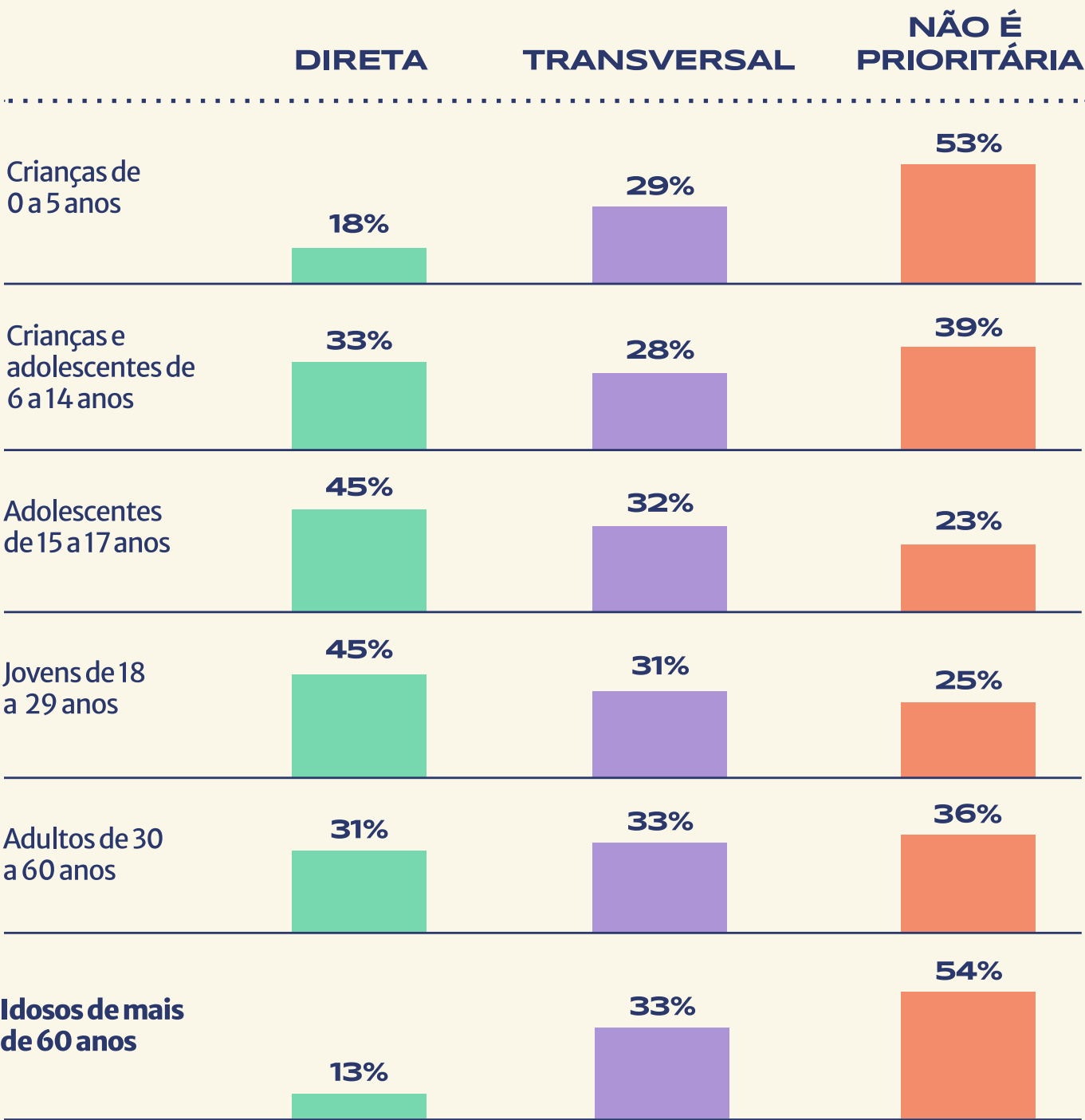


LEIS MUNICIPAIS



Por um lado, a Lei Rouanet/Lei de Incentivo à Cultura é a mais popular entre as organizações que utilizam alguma lei de incentivo (62%). Por outro, somente ¼ das organizações desse grupo utilizam o Fundo do Idoso.

Atuação das organizações conforme faixa etária de público



A faixa etária acima de 60 anos é a menos priorizada pelas organizações brasileiras.

ENTREVISTA

INVESTIMENTO SOCIAL: UMA AGENDA QUE VEIO PARA FICAR

STEFANE RABELO

“Idealmente, o próprio significado do lucro para as empresas pode evoluir para ser enxergado e contabilizado como ganho social.”

Stefane Rabelo, CEO na Nexo Investimento Social | Fundadora da Rede Igapó

Conversamos com Stefane Rabelo, diretora-executiva da Nexo Investimento Social, que há mais de 10 anos trabalha com organizações da sociedade civil em busca de recursos para seus projetos. No bate-papo, que separamos em duas partes, Stefane reforça o bom momento das agendas sustentáveis no país, com temas como ESG sendo cada vez mais presentes no dia a dia das grandes corporações. Na segunda parte, que você verá no próximo capítulo, temos as impressões de Stefane sobre o Fundo do Idoso.

S : **A agenda do investimento social veio para ficar e está cada vez mais forte dentro da visão estratégica das corporações.** Hoje, não é possível mais falar sobre responsabilidade social e investimento corporativo sem abarcar o ESG, que vai impactar empréstimo, investimento, ou seja, diferentes dimensões

S : **O ESG, sobretudo o G (governança), tem muito a ver com esse novo momento do investimento social, porque reforça a demanda por processos mais estruturados e claros.** Vimos, no pós-pandemia, muitas empresas reorganizando o próprio investimento social de uma forma mais ampla e transparente. Um exemplo é que temos, hoje, um maior número de editais conduzidos por empresas que querem selecionar projetos para investir. Com isso, há uma preocupação

e um maior empenho em trazer transparência, visibilidade pública, para um processo de investimento social privado. Por outro lado, esse panorama mostra que as organizações precisam estar mais bem organizadas.

S : **Na minha visão de futuro — como tendência no Brasil e em outras partes do mundo —, o investimento social estará cada vez mais atrelado aos índices que geram lucro ao negócio.** Essa mudança estrutural era o que precisávamos, como sociedade, para começarmos a levar a sério índices como sustentabilidade ambiental, governança e social. O ESG fez com que essas questões entrassem, de fato, nas agendas estratégicas das empresas, e não, meramente, como um termo de compromisso. ■



A Nexo Investimento Social é uma agência para as Organizações da Sociedade Civil que mobiliza recursos para transformar realidades. A empresa trabalha com todo o ciclo do investimento social incentivado em três grandes frentes: elaboração de projetos, captação de recursos e assessoria para gestão de projetos e prestação de contas. A atuação é pautada na crença de que as ações da sociedade civil organizada são ferramentas poderosas de transformação social, capazes de pautar demandas emergentes e desenvolver políticas públicas para suprir necessidades e fortalecer causas.

ENTREVISTA

INVESTIMENTO COM PROPÓSITO: A VISÃO DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL

ANA CAROLINA ALMEIDA

“A sociedade é algo vivo e sempre em movimento. Ao mesmo tempo, temos desafios enormes para aumentar a inclusão, a diversidade e a representatividade dos grupos minorizados, aumentar as oportunidades de trabalho e renda, garantir a autonomia e a dignidade das pessoas, entre tantos outros. São desafios históricos e que não serão resolvidos com velhas fórmulas, mas, sim, com inovação.”

Ana Carolina Almeida, vice-presidente de Educação Social da Fundação Dom Cabral é correalizadora da Escola de Negócios da Favela. Engenheira civil com MBA pela Kellogg School of Management.

Em entrevista exclusiva, a executiva Ana Carolina Almeida, que conta com sólida experiência internacional no mercado financeiro e atua na área social com foco em empreendedorismo popular, jovens e Organização da Sociedade Civil, defende a importância de as empresas conectarem o investimento social à estratégia do negócio

1 Nos últimos anos, a Fundação Dom Cabral tem investido na produção de estudos sobre Longevidade. Qual é o objetivo desse direcionamento?

AC : Para a FDC, a educação tem um importante papel de capturar os grandes movimentos e as principais tendências da sociedade. É a partir daí que geramos novos conhecimentos que irão contribuir com a construção de novos futuros, mais inclusivos e sustentáveis.

O envelhecimento populacional e a longevidade são algumas dessas grandes transformações. Ao mesmo tempo em que a longevidade representa uma ótima notícia — estamos vivendo mais! —, ela também exige um enorme esforço de adaptação. É algo com grande impacto na cultura, na economia, na arquitetura, no presente do trabalho, no varejo, na transformação digital, só para citar alguns desafios. Daí a

necessidade de produzir conhecimentos com profundidade e com rigor científico sem perder a conexão com o mundo real, com a sociedade e com as pessoas.

Na Educação Social, por exemplo, por meio de incentivo fiscal do Fundo do Idoso, estamos capacitando gestores de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e líderes sociais de instituições que atuam com a população idosa em Belo Horizonte. A ideia é conectar o nobre propósito dessas instituições com práticas de gestão, governança e estratégia de mobilização de recursos visando apoiá-las para que possam ser sustentáveis. Ao mesmo tempo, esse estudo sobre a relação entre investimento social e longevidade, com destaque para os mecanismos de incentivo fiscal do mesmo Fundo do Idoso, vem sendo desenvolvido, dando suporte para nossa atuação social.

2 Com a crescente ênfase nas práticas de ESG no mundo corporativo, como você enxerga a integração do investimento social na estratégia de negócios das empresas?

AC : O mundo está passando por importantes transformações e, no ambiente corporativo, não é diferente. A sociedade tem

exigido. A FDC está presente em pelo menos 200 das 500 maiores empresas do Brasil, e desenvolve aproximadamente 27 mil executivos por ano. Um padrão que temos acompanhado de perto é que as empresas líderes em seus segmentos e os executivos mais disputados pelo mercado são exatamente aqueles que foram capazes de entender e desenvolver uma visão voltada para o Social.

Nesse sentido, a atuação social deixa de ser um apêndice ou uma foto no balanço anual para fazer parte da estratégia do negócio. E é esse protagonismo que está mudando o jogo e ajudando acelerar mudanças necessárias para um ambiente mais inclusivo, mais diverso, mais sustentável e próspero.

3 Muitas empresas estão enxergando o investimento social como valor compartilhado. Quais são os principais benefícios obtidos pelas companhias nas relações com os parceiros?

AC : Antigamente, investimento social era visto como assistencialismo, muitas vezes expresso em doações, sem métricas claras de acompanhamento ou uma visão clara sobre o impacto positivo gerado.

Quando falamos em valor compartilhado, estamos falando da geração de valor econômico e, também, social. Isso representa uma grande evolução, porque traz para o centro da estratégia corporativa um compromisso com a sociedade.

Se, por um lado, as empresas que investem no social têm ganhos na imagem da sua marca, conseguem atrair os melhores talentos e manter relacionamentos mais profundos com seus clientes, por outro, elas criam vantagens competitivas sólidas, reduzem seus riscos reputacionais e garantem sustentabilidade dos seus negócios no longo prazo. Em outras palavras: é um jogo de ganha-ganha para a empresa e para a sociedade.

4 Em sua opinião, como os investimentos sociais afetam a reputação de uma empresa, impactando as relações com os diferentes *stakeholders*?

AC : Muitas vezes, quando ouvimos falar sobre reputação, estamos pensando na imagem de uma empresa ou produto, mas os investimentos sociais são muito mais que isso. As escolhas de uma empresa na hora de fazer seus investimentos falam muito sobre a sua cultura, os seus valores, as suas crenças e como ela enxerga o seu papel no mundo.

Daí o profundo impacto que esses investimentos têm no relacionamento com todos os *stakeholders*. O jeito de investir é uma expressão da visão de futuro de uma organização e do que ela está fazendo hoje para construir as novas realidades que desejamos para esta e para as futuras gerações.

5 Como a Fundação Dom Cabral tem trabalhado com a demanda de mensuração do impacto social? Essa questão tem sido importante para as empresas?

AC : Indicadores de impacto para nós é um tema muito importante. Não só porque medem a eficácia do que estamos entregando para a sociedade, mas também porque nos ajudam a nortear novas iniciativas, encontrar novas oportunidades e buscar novas soluções.

Os indicadores são também valiosos para os investidores que estão ao nosso lado nas nossas iniciativas. Com esses dados, eles conseguem avaliar com mais nitidez onde podem colocar mais energia e, também, avaliar a sinergia entre diferentes projetos.

Temos hoje um grupo de especialistas e professores que estão debruçados no aperfeiçoamento constante de indicadores.

Nossa visão é de que cada vez mais precisamos olhar para resultados de curto prazo no social — agilidade é crucial para endereçar desafios emergentes — e, também, para impacto de longo prazo. Só assim vamos conseguir desenvolver soluções duradouras, sustentáveis e verdadeiramente transformadoras.

6 Para as empresas, o investimento social pode ser usado como ferramenta para conectar o ESG à inovação?

AC : A sociedade é algo vivo e sempre em movimento. Ao mesmo tempo, temos desafios enormes para aumentar a inclusão, a diversidade e a representatividade dos grupos minorizados, aumentar as oportunidades de trabalho e renda, garantir a autonomia e a dignidade das pessoas, entre tantos outros. São desafios históricos e que não serão resolvidos com velhas fórmulas, mas, sim, com inovação.

Sob esse ponto de vista, desenvolver uma visão ESG e colocar em prática iniciativas aderentes são exercícios diários de inovação, de capacidade de solução de problemas, de criatividade e, acima de tudo, de empatia. ■

APRENDIZADOS:

INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS

1

As empresas têm assumido cada vez mais responsabilidades para enfrentar os desafios sociais e ambientais do nosso tempo. Os Investimentos Sociais Privados são um aspecto disso, sendo eles a alocação de recursos privados para benefício público.

2

A pandemia marca o ano com maior volume de recursos investidos (6,1 bilhões) e o início de uma tendência de cada vez mais empresas incorporarem suas responsabilidades ambientais e sociais na estratégia central do negócio, com a onda do ESG.

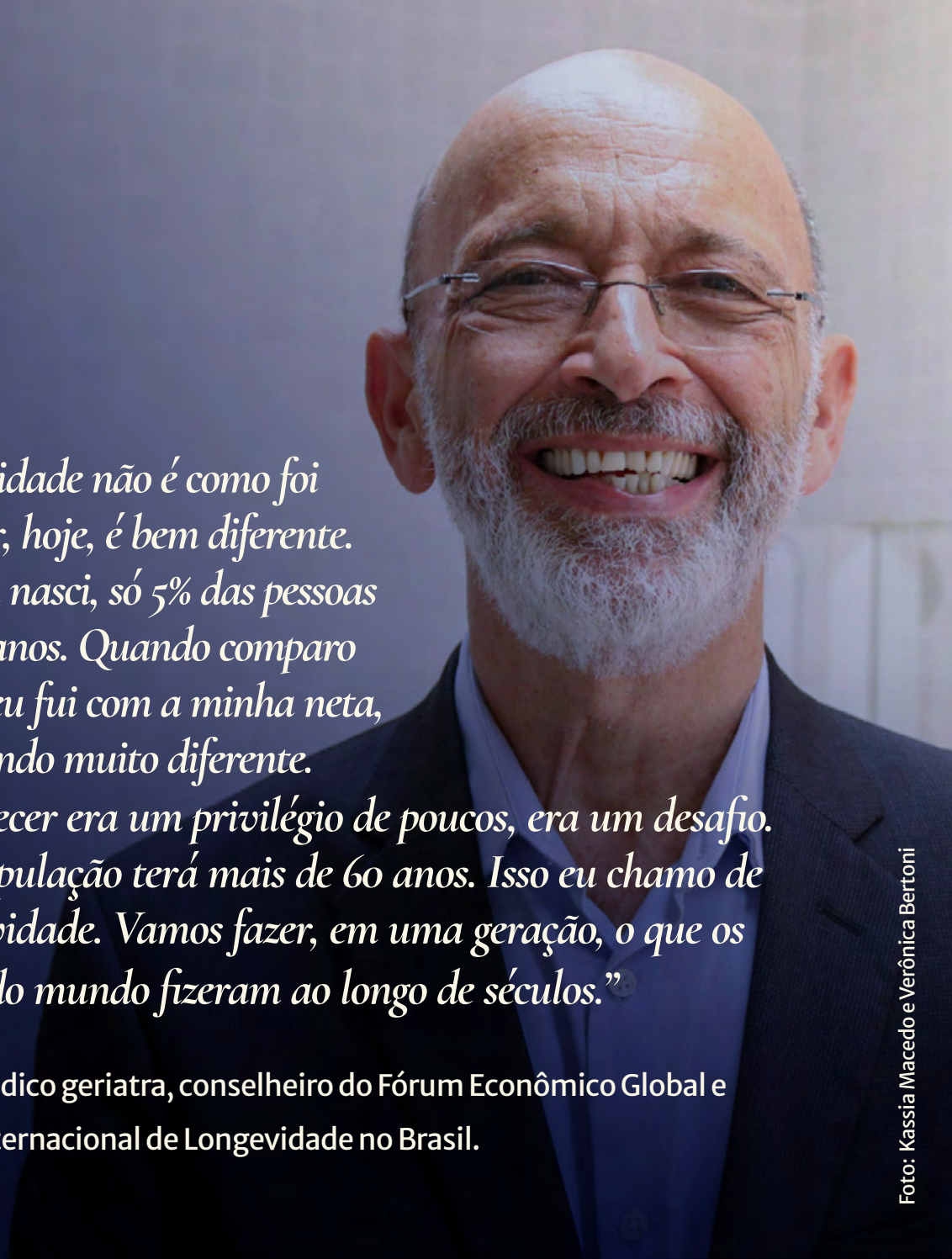
3

Em 2022, dos 4,8 bilhões de reais de Investimentos Sociais Privados no Brasil, somente 10% foram destinados às leis de incentivo fiscal. Há oportunidades de investimento direto e via leis de incentivo fiscal que poderiam beneficiar a população 60+. A necessidade crítica de investir nos brasileiros maduros ainda não é amplamente reconhecida pelas empresas, um ponto crucial que demanda atenção diante do acelerado envelhecimento populacional no país.



CAPÍTULO 2

A REVOLUÇÃO DA LONGEVIDADE



“O futuro da longevidade não é como foi ontem. O envelhecer, hoje, é bem diferente. Em 1945, quando eu nasci, só 5% das pessoas tinham mais de 60 anos. Quando comparo aquele menino que eu fui com a minha neta, vejo um mundo mundo muito diferente. No passado, envelhecer era um privilégio de poucos, era um desafio. Em 2050, 31% da população terá mais de 60 anos. Isso eu chamo de revolução da longevidade. Vamos fazer, em uma geração, o que os países mais velhos do mundo fizeram ao longo de séculos.”

Alexandre Kalache, médico geriatra, conselheiro do Fórum Econômico Global e presidente do Centro Internacional de Longevidade no Brasil.

Foto: Kassia Macedo e Verônica Bertoni

A REVOLUÇÃO DA LONGEVIDADE

A longevidade é uma das maiores e principais conquistas da humanidade. É um presente, porém também um desafio. Vivendo cada vez mais e tendo cada vez menos filhos, o envelhecimento da população foi intitulado uma das quatro megatendências para o século, pela ONU, e vai impactar radicalmente a forma como nos relacionamos, trabalhamos e planejamos nossas vidas. Se, no Brasil de 1950, chegar até os 50 anos era viver muito, hoje, a expectativa de vida é de

mais de 70 anos, e estamos envelhecendo rápido: enquanto a França levou 115 anos para dobrar de 7% para 14% a proporção de 60+ na população, o Brasil fez isso em menos de 20 anos!



A cada 28 segundos, um brasileiro faz aniversário de 60 anos.

Fonte: Contador Longevidade, SeniorLab



Fonte: IBGE



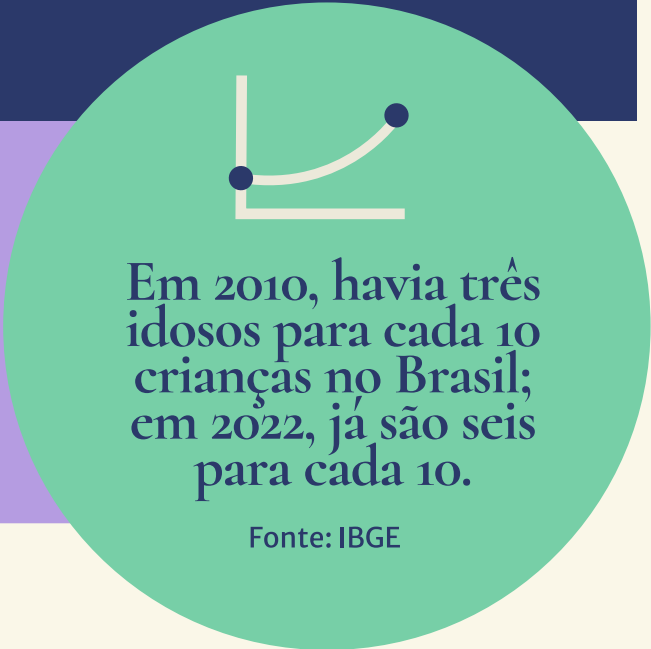
Há mais pessoas acima de 60 anos no Brasil do que crianças de até cinco anos de idade. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, já temos mais pessoas acima de 60 anos do que adolescentes de até 14 anos.

Fonte: IBGE



Em 2050, o Brasil será o sexto país mais velho e estará na frente de todos os outros países em desenvolvimento.

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



“Viver mais e melhor é desejo de todos. Mas isso se torna um enorme desafio para países como o Brasil, que envelhecem antes de ficarem ricos.”

José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo; membro da Academia Brasileira de Letras; e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, 30 de novembro de 2023

Foto: wikimedia.org



“Com as famílias diminuindo de tamanho e o aumento do envelhecimento, o cuidado não pode ficar a cargo só das famílias. Cada vez mais são necessárias políticas públicas para idosos que, hoje, são insuficientes.”

Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família (ligada ao Ministério de Desenvolvimento Social), em entrevista concedida ao Valor Econômico, em 23 de novembro de 2023.

Foto: gov.br



“No contexto brasileiro, o Estatuto da Pessoa Idosa, promulgado em 2003, representa um importante marco legal que visa garantir os direitos e a dignidade das pessoas idosas, reconhecendo a sua importância na sociedade.”

Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em entrevista concedida ao Valor Econômico, em 9 de novembro de 2023.

Foto: investnews.com.br



“O Brasil se preocupa com as crianças, pois elas são vistas como o futuro do país, mas lida com a velhice como se não fosse um problema seu. O preconceito com a velhice é latente, potente e onipresente.”

Dra. Karla Giacomini, Vice-presidente do Centro de Longevidade Internacional (ILC) e ativista do envelhecimento.

Foto: ssypbrasil.org.br

MINAS GERAIS 60+

 De mineiros com 60 anos ou mais.	 Segundo estado mais idoso do Brasil (em números absolutos).
 maior população centenária de todo o Brasil, atrás apenas da Bahia e de São Paulo.	
 A cidade mais velha de Minas Gerais é Estrela do Indaiá, na Região Centro - Oeste. Por lá, são 175,8 idosos para cada 100 crianças. Ela vem seguida de Antônio Prado de Minas (164,8), Sem Peixe (164,3), Senador José Bento (164,2) e Biquinhas (157,2).	

BELO HORIZONTE 60+

 belo-horizontinos com 60 anos ou mais.	 está mais velha e mais feminina (a população feminina representa 53,5% do total de habitantes).
 dos belo-horizontinos 60+ são responsáveis por mais da metade da renda familiar, o que faz com que em 28% dos domicílios um idoso ou uma idosa seja o principal responsável pelo domicílio.	
 Os bairros mais idosos ficam na região centro-sul: Cidade Jardim, Boa Viagem, Centro, Mangabeiras, Barro Preto e Savassi.	



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável x Longevidade

Na sopa de letrinhas, no Capítulo 1, falamos sobre os ODS. Agora, você vai identificar onde, nesse compromisso fundamental para o futuro da humanidade, estão previstas as ações que contribuem para o envelhecimento saudável.

Foto: unsplash.com

OBJETIVO #1

Erradicação da pobreza

Implicações | Será vital evitar que os maduros caiam na pobreza; o combate demandará políticas de aposentadorias flexíveis, pensões mínimas financiadas por impostos, previdência social e acesso a serviços de saúde e de cuidados a longo prazo.

.....

OBJETIVO #2

Fome zero

Implicações | A pessoa idosa pode estar vulnerável à insegurança alimentar, uma vez que, com frequência, as famílias e os programas de auxílio priorizam os jovens. A atenção aos mais maduros ajudará a reverter padrões de má nutrição e evitar a dependência de cuidados.

OBJETIVO #3

Boa saúde e bem-estar

Implicações | Envelhecer de maneira saudável significa que a pessoa está apta a contribuir com a sociedade por mais tempo; que esse indivíduo conta com oportunidades para uma boa saúde em todos os estágios da vida, cobertura universal de saúde e com sistemas sociais integrados.

.....

OBJETIVO #4

Educação de qualidade

Implicações | O envelhecimento saudável demanda um aprendizado ao longo da vida, permitindo que os maduros façam o que valorizam, que retenham a capacidade de tomada de decisão e preservem o propósito, a identidade e a independência. Isso requer educação, treinamento de habilidades e uma participação livre de barreiras, incluindo habilidades digitais.

.....

OBJETIVO #5

Igualdade de gênero

Implicações | A busca pela equidade de gênero ao longo do curso da vida levará a melhores resultados em estágios posteriores do viver. Portanto, os sistemas devem promover a equidade da

participação na força de trabalho e das pensões previdenciárias, de modo a elevar o status econômico das mulheres idosas e melhorar o seu acesso a serviços. A violência de gênero deve ser eliminada.

.....

OBJETIVO #8

Emprego digno e crescimento econômico

Implicações | A população em idade ativa – que inclui muitas pessoas idosas – deve ter oportunidades de emprego e condições dignas de trabalho. A renda individual e o acesso a serviços financeiros contribuirão para o acesso a serviços de saúde e produtos, reduzindo o risco de gastos catastróficos. Uma força de trabalho saudável aumenta a produtividade e reduz o desemprego.

.....

OBJETIVO #9

Indústria, inovação e infraestrutura

Implicações | A infraestrutura para o envelhecimento saudável demandará acesso à internet; pesquisas e intervenções com base em evidências que tornem a pessoa idosa visível por análises e dados desagregados; e, novas tecnologias e saúde digital.

OBJETIVO #10

Redução das desigualdades

Implicações | Os maduros vivenciam um acesso desigual a serviços e apoio em suas casas, vizinhanças e comunidades, frequentemente por conta de seu gênero, de sua etnia ou nível de escolaridade. O envelhecimento saudável demanda políticas para a superação dessa iniquidade em todos os setores.

.....

OBJETIVO #11

Cidades e comunidades

Implicações | As cidades devem ser favoráveis aos diferentes grupos etários, permitindo que todas as pessoas maximizem suas capacidades durante todo o curso de suas vidas. Múltiplos setores (saúde, proteção social, transporte, moradia e trabalho) e partes interessadas (sociedade civil, pessoas idosas e suas organizações) devem estar envolvidos em sua criação.

.....

OBJETIVO #16

Paz, justiça e instituições fortes

Implicações | Os maduros são, com frequência, vítimas de toda sorte de golpes e violências. O fortalecimento de instituições

e sistemas de segurança pública e justiça é imperativo para sua proteção. Ainda, são necessárias iniciativas de combate à discriminação por idade e ativismo específico voltado ao envelhecimento saudável.

.....

OBJETIVO #17

Parcerias em prol das metas

Implicações | O envelhecimento saudável não deve deixar ninguém para trás. Deve criar um futuro para pessoas de todas as idades. Isso demandará parcerias ativas entre vários setores e partes interessadas.



A portrait of Haleh Nazeri, a woman with long dark hair, smiling. The image is partially obscured by text on the left and bottom.

ODS#8 na Longevidade foi destaque no Fórum Econômico Mundial

“O mundo de hoje é marcado por transformações e perturbações sem precedentes. No entanto, uma tendência permanece constante e inevitável — o envelhecimento da população global. Os Princípios da Economia da Longevidade oferecem uma abordagem intersetorial para lidar com questões globais em uma sociedade em envelhecimento, moldando ao mesmo tempo um futuro que garanta a resiliência financeira de todas as gerações.”

Haleh Nazeri, líder de Economia da Longevidade (Fórum Econômico Mundial) e Rich Nuzum, diretor-executivo (Mercer).

Foto: silvereconomyforum.com

Investimento e atenção à longevidade são urgentes não só no Brasil, como em grande parte do mundo. Tanto que foi destaque, no mais recente Fórum Econômico Mundial, um novo relatório que propõe seis princípios para uma longevidade mais sustentável — **Princípios da Economia da Longevidade: Fundação para um futuro resiliente** (em inglês, *Longevity Economy Principles: The Foundation for a Financially Resilient Future*).

O documento foi organizado por 35 organizações líderes de diferentes setores que concordaram em se empenhar em tomar medidas para dar suporte a vidas mais saudáveis e prósperas em várias fases da vida. BlackRock, Bank of America, HSBC e Allianz são algumas das signatárias ao lado de organizações como Stanford Center of Longevity e MIT AgeLab.

#6 Princípios Para Um Futuro Mais Sustentável Na Longevidade

1



GARANTIR A RESILIÊNCIA FINANCEIRA EM EVENTOS-CHAVE DA VIDA

A vida está cheia de eventos que podem trazer instabilidades financeiras profundas e que se tornam ainda mais graves com a idade. Problemas de saúde, aposentadorias não planejadas, a perda de entes queridos ou ter de cuidar de um familiar são só alguns exemplos. Esses baques podem jogar famílias em situações financeiras bem difíceis, chegando à linha da pobreza.

2



FORNECER ACESSO UNIVERSAL À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Apenas um terço da população mundial é alfabetizada financeiramente. Isso significa que a maior parte das pessoas não entende direito como lidar com investimentos, empréstimos, hipotecas e cartões de crédito. Essa falta de entendimento resulta em perdas significativas ao longo da vida e em oportunidades de investimento desperdiçadas.

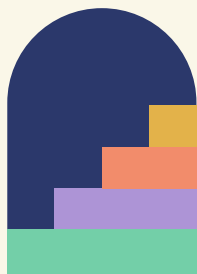
3



PRIORIZAR O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL COMO CRUCIAL PARA A ECONOMIA DA LONGEVIDADE

Com a expectativa de vida aumentando, surge um novo desafio: cerca de um quinto da nossa vida pode ser impactada por doenças. Um envelhecimento mais saudável pode suavizar esse problema e cortar os custos médicos, que estão crescendo globalmente. Por isso, investir em um envelhecimento saudável desde cedo não é só crucial para nossa saúde pessoal, mas, também, para a estabilidade financeira dos países.

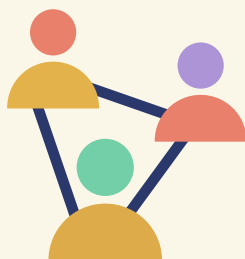
4



DESENVOLVER EMPREGOS E COMPETÊNCIAS AO LONGO DA VIDA PARA UMA FORÇA DE TRABALHO MULTIGERACIONAL

Cerca de 25% das pessoas com 55 anos ou mais desejam (ou precisam) continuar trabalhando, mas esbarram em obstáculos na hora de achar oportunidades. Para quebrar essa barreira, é crucial criar novos postos de trabalho e promover o desenvolvimento de competências digitais, além de lidar com um problema ainda maior: o etarismo.

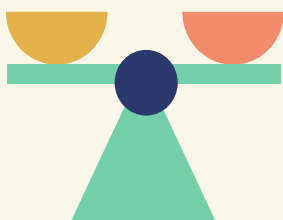
5



DESENHAR SISTEMAS E AMBIENTES PARA CONEXÕES SOCIAL E PROPÓSITO

A solidão afeta significativamente o bem-estar e a saúde, especialmente à medida que envelhecemos. Portanto, é vital desenvolver ambientes que incentivem a interação entre pessoas de todas as idades.

6



TRATAR DAS DESIGUALDADES DE LONGEVIDADE EM DIFERENTES GÊNEROS, RAÇAS E CLASSES

Os benefícios da longevidade não estão distribuídos equitativamente, muito pelo contrário. Há desigualdades de renda, oportunidades e bem-estar. É essencial que a educação, os recursos e as ferramentas sejam projetados para fomentar a inclusão e equidade.





O envelhecimento também impacta (e muito!) a economia e os negócios

“É uma mistura de ageísmo – o preconceito etário – e cegueira mercadológica. Ouso dizer que as marcas que não se adaptarem para acolher e atender os novos maduros vão se tornar irrelevantes no futuro próximo. Os consumidores 50+ já movimentam trilhões!”

Layla Vallias, cofundadora do Data8 e uma das coordenadoras dos estudos do FDC Longevidade

Foto: lavallias.com.br

A longevidade está não apenas transformando a sociedade, mas também redefinindo a economia brasileira. Empresas que compreendem e integram a revolução da longevidade em seu core business estão se posicionando à frente, reconhecendo que o envelhecimento da população não é um desafio isolado, mas uma oportunidade multifacetada para inovação e crescimento sustentável. Além de tudo, entendem que investir nesse mercado é, também, buscar a lealdade e o bolso de milhões de consumidores.

Como a Revolução da Longevidade impacta a vida das pessoas

A Revolução da Longevidade apresenta transformações e desafios de diferentes tipos para a sociedade: precisamos preparar nossas escolas, os negócios, as organizações e as pessoas para uma vida mais longa. Para ajudar nesse desafio, a Fundação Dom Cabral criou o FDC Longevidade: uma plataforma de gestão pioneira na geração e disseminação de conhecimento relevante, contribuindo para promover uma visão estratégica no campo da educação executiva.

O primeiro estudo do FDC Longevidade traz um olhar inovador sobre o impacto da longevidade nas pessoas: como podemos nos planejar para uma vida de 100, 120 anos? Quais as melhores práticas de gestão para colaboradores maduros e times intergeracionais?



O estudo conta com entrevistas exclusivas de Abílio Diniz, Bernadete Lopes da Silva, Chip Conley, Cíntia Tereza, José Vignoli, Wilson Poit e articulistas Cecília Xavier, Fran Winandy, Márcia Tavares, Mórris Litvak e Paul Ferreira.

Quer saber mais? Faça o download gratuito do estudo: www.fdc.org.br/fdclongevidade

Os novos maduros vão às compras: como a revolução da longevidade transforma o mundo dos negócios

O segundo estudo do FDC Longevidade traz um olhar inovador sobre o impacto da longevidade nos negócios: o que é o mercado da longevidade, quem são e o que precisam os consumidores maduros e como pensam os investidores deste setor?



Aqui, temos entrevistas exclusivas de Carlos Arruda, Carlos Ferreirinha, Claudia Botelho, Edson Rigonatti, Estevão Valle, Flavia Ranieri, Karen Etkin, Marcelo Cherto, Mórris Litvak, Pedro Batista, Pedro Wilson Viana Leitão e Samuel Flam.

Quer saber mais? Faça o download gratuito do estudo: www.fdc.org.br/fdclongevidade

As profundas transformações na sociedade com a nova dinâmica populacional

O terceiro estudo do FDC Longevidade traz um olhar inovador sobre o impacto da longevidade nas sociedades: como iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil podem se integrar para promover o envelhecimento saudável para todos?



Foram entrevistados Alexandre Kalache, Antônio Leitão, Ashton Applewhite, Bruno Barroso, Karla Giacomini, Roberto Teixeira da Costa, Rodrigo Campello, Rosana Chaves e as articulistas Flavia Ranieri e Tássia Chiarelli.

Quer saber mais? Faça o download gratuito do estudo:
www.fdc.org.br/fdclongevidade



CAPÍTULO 3

ENCONTRO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS COM A LONGEVIDADE

A portrait of Michelle Queiroz Coelho, a woman with long blonde hair, wearing a dark blazer over a red top and a necklace with large dark beads. She is looking directly at the camera with a slight smile. The background is softly blurred, showing green foliage on the left and a warm-toned wall on the right.

“O Fundo do Idoso representa uma das oportunidades de interseccionalidade que a longevidade precisa: setor público, privado e sociedade civil juntos criando soluções para grandes desafios do país.”

Michelle Queiroz Coelho, professora associada da FDC e coordenadora do FDC Longevidade

Foto: Arquivo pessoal

No Capítulo 1, desvendamos o amplo espectro dos Investimentos Sociais Privados, que vão muito além das tradicionais leis de incentivo fiscal. No Capítulo 2, trazemos mais detalhes sobre a Revolução da Longevidade, que abre um mar de oportunidades e desafios para toda a sociedade.

Aqui, juntamos os dois temas: Investimentos Sociais Privados e a Revolução da Longevidade. Como vimos, há várias formas de investimento. No entanto, ainda que as leis de incentivo fiscal

representem somente 10% dos Investimentos Sociais Privados, acreditamos que temos neste estudo uma oportunidade única de apresentar a um público maior um mecanismo desenhado exatamente para canalizar recursos para projetos que buscam cuidar dos maduros no Brasil: o Fundo do Idoso.

Assim como a muito mais bem utilizada Lei Rouanet (a rigor, a Lei de Incentivo à Cultura), o Fundo do Idoso permite doações de pessoas físicas e jurídicas de recursos que seriam pagos em impostos. Acreditamos que o Fundo do Idoso – cujos recursos também permitiram este estudo que está em suas mãos – tenha uma capacidade extraordinária de promover mudanças significativas e melhorar a vida de muitas pessoas, numa relação ganha-ganha-ganha entre setor público, privado e sociedade civil. Portanto, segue abaixo o Fundo do Idoso, desde um guia para a parte burocrática, passando por aprendizados de quem já o utiliza bem, até o detalhamento didático do caso do programa BASIS de Belo Horizonte. ■

Fundo do Idoso: tudo o que você precisa saber

Foto: pexels.com



O Que É?

A Lei nº 8.842 (4 de janeiro de 1994) criou o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, instituiu o Fundo Nacional do Idoso. Em conjunto também abriram espaço para a criação de Conselhos e Fundos estaduais e municipais.

O Fundo do Idoso tem como objetivo captar recursos financeiros para serem investidos em ações que promovam o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas 60+, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os programas e as ações relativas ao idoso devem assegurar os direitos sociais e criar condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.



Como Funciona?

Os fundos recebem recursos que devem ser destinados a ações e programas conforme o estabelecido em lei. A gestão desses recursos fica a cargo do Conselho dos Direitos do Idoso pertinente, seja ele o nacional ou um dos estaduais ou municipais. Cada fundo ou conselho deve ser criado e gerido de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de janeiro de 1994) e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Alguns exemplos de iniciativas que podem receber tais recursos são casas de acolhimento, centros de convivência, programas de capacitação e inclusão social, além de outras iniciativas que visem a garantir o envelhecimento digno e saudável.



De onde vêm os recursos?

Os recursos do Fundo do Idoso são provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de fontes como multas e penalidades aplicadas em casos de infrações à legislação que protege essa parcela da população. Via lei, as pessoas físicas que fazem a declaração completa do Imposto de Renda podem

destinar até 6% dele para projetos aprovados pelo Fundo. A pessoa física pode optar pela doação aos fundos controlados pelos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa diretamente em sua declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Na doação, o doador especifica se os recursos irão para o fundo nacional ou para um dos fundos estaduais ou municipais.



Como utilizar

Com características semelhantes aos Fundos da Criança e do Adolescente – ou seja, uma política que é executada pelos federados –, o Fundo do Idoso demanda que municípios ou Estados criem, por meio de leis, conselhos gestores do fundo e os próprios fundos. Dessa forma, estarão aptos a receber recursos via dedução fiscal do Imposto de Renda. Os recursos captados via Fundo do Idoso devem ser aplicados, exclusivamente, em ações voltadas ao atendimento da pessoa idosa e devem estar sob orientação e supervisão de um Conselho Municipal, Estadual ou do Conselho Nacional do Idoso.



Como funciona a captação do Fundo do Idoso?

PARA EMPRESAS DOADORAS

Cada município determina se a doação pode ser direcionada a uma organização ou a um projeto de preferência, obrigatoriamente com aprovação prévia via um edital, ou se ela é definida posteriormente pelo próprio Conselho, sem interferência do doador. Nos dois casos, porém, o capital doado sempre será depositado na conta específica do Fundo e depois repassado para a organização beneficiada. Está aí um dos fatores críticos de sucesso para a arrecadação dos fundos: a possibilidade ou não de os doadores direcionarem a doação para iniciativas de sua preferência. Outro fator importante é a celeridade para a liberação dos recursos doados para execução. Infelizmente, existem fundos no Brasil que chegam a demorar de seis meses a um ano para liberar recursos para as organizações, o que pode acarretar em perda de credibilidade junto aos doadores, além da descontinuidade de atendimentos para a população idosa, por exemplo.

PARA ORGANIZAÇÕES DE APOIO AOS 60+

As organizações que desejam captar precisam entender, antes de tudo, como opera o Fundo do Idoso no Estado ou município em que estão sediadas. O primeiro passo geralmente é fazer um credenciamento no Conselho do Idoso local. Na sequência, é importante ficar atento aos prazos dos editais que permitem a submissão das propostas de trabalho e, também, às prioridades e diretrizes do Conselho naquele município ou Estado. Em alguns municípios, a captação é centralizada pelo Conselho local, e a empresa não escolhe qual projeto receberá o recurso no momento da doação. Em outros municípios, existe um modelo que permite a destinação do doador para projetos previamente chancelados pelo Conselho. Nesse caso, existe um edital prévio para definir quais projetos que, com a carta de chancela nas mãos, passam a buscar empresas e pessoas físicas que poderão destinar seus recursos incentivados para aquele projeto. Após a fase de captação e formalização, o plano de trabalho será submetido à aprovação, etapa que precede o efetivo recebimento dos recursos.

Passos para a criação de Fundos do Idoso em um município| Tudo começa aqui!

1

O município precisa ter um Conselho Municipal dos Direitos do Idoso constituído e ativo, que funciona como ente competente para deliberar sobre a aplicação e fiscalização dos recursos

2

A instituição do Fundo Municipal do Idoso passa por uma aprovação de lei específica, sancionada pelo chefe do poder executivo municipal em questão

3

O Fundo destina-se, exclusivamente, a atender a política que contemple a pessoa idosa, não tendo personalidade jurídica e, por isso, está vinculado administrativamente ao poder público

4

O Fundo do Idoso deverá possuir registro próprio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e conta bancária específica em banco público

Passos para a operacionalização

1

O chefe do poder executivo municipal, mediante decreto, deverá estabelecer as normas de organização e funcionamento do Fundo Municipal do Idoso

2

O município deverá ter definido o órgão da estrutura do executivo responsável pela administração do fundo

3

Ter registrado o Fundo Municipal do Idoso no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

4

Ter aberto, em banco público, conta especial nos termos da legislação vigente para fins exclusivos de recebimento de doações

5

Executar o plano de aplicação e de ordenamento das despesas de acordo com o que estiver previsto no plano

6

Contar com a cooperação técnica e estrutura logística, disponibilizada pelo órgão responsável para proceder à contabilização, operacionalização e prestação de contas dos recursos do fundo

7

O órgão gestor deverá prestar contas ao Conselho de Direitos da Pessoa Idosa e à sociedade

8

O conselho deverá elaborar e aprovar, na sua respectiva esfera político-administrativa, o plano de aplicação de recursos do fundo (o que deve ser feito com o apoio técnico do executivo local de modo a atender à legislação específica)

9

Proceder a integração do plano à proposta orçamentária do município (exige encaminhamento ao legislativo local e sanção da autoridade competente)

10

Um ponto de atenção é que todos os fundos deverão ter registro próprio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e conta bancária específica de acordo com a instrução normativa da Receita Federal de número 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Na prática, não se deve utilizar o CNPJ ou a conta bancária da prefeitura ou de qualquer outro órgão que não seja exclusivo do Fundo.

Fonte: Fundo do Idoso – Orientações para os Conselhos. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Governo Federal, 2019



A janela ideal para a criação de Fundos do Idoso

Foto: pexels.com

Com o envelhecimento como regra, não exceção, o país tem uma janela ideal para a criação de Fundos do Idoso em todos os municípios. De acordo com levantamento da Nexo Investimento Social — a partir de dados da Receita Federal obtidos com a Lei de Acesso à Informação —, **apenas 436 dos 5.570 municípios brasileiros receberam recursos via Fundo do Idoso em 2021**. Em volume de recursos, a região Sudeste concentrou 56% dos valores e recebeu recursos em 204 fundos, enquanto a Norte recebeu somente 2% dos aportes em 10 fundos. Os Estados do Amapá, Amazonas, de Rondônia e Roraima não receberam recursos desse mecanismo.

Mesmo entre os municípios e Estados que passaram pela primeira etapa para conseguir mobilizar recursos via fundos — ou seja, constituíram um conselho —, somente 14% efetivaram o recebimento de recursos. Na visão dos especialistas, esse fato

indica problemas no processo de criação e regulamentação dos fundos, além dos desafios para a estruturação e capacitação para a captação de recursos.

A análise — que considera o total de conselhos existentes — aponta que para chegar ao patamar de um fundo por município do Brasil, o país precisa implementar 43% a mais de fundos. Na prática, ao lado do enorme desafio, há uma janela promissora para a criação e ampliação do mecanismo em todo o território nacional.

REGIÃO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	Nº DE CONSELHOS DO IDOSO	% DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS
CENTRO-OESTE	467	279	60%
NORDESTE	1.794	863	48%
NORTE	450	139	31%
SUDESTE	1.668	1.050	63%
SUL	1.191	847	71%
BRASIL	5.570	3.178	57%

Fonte: Receita Federal. Consulta da Nexo Investimentos Sociais via Lei de Acesso à Informação, 2018.



Apenas 57% dos municípios do Brasil têm conselhos constituídos.

Confira os 10 Fundos do Idoso que mais receberam doações

NOME DO FUNDO	VALOR RECEBIDO
FUNDO MUNICIPAL DE BARRETOS SP	R\$ 53.769.892
FUNDO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE RS	R\$ 16.479.925
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE BELO HORIZONTE MG	R\$ 12.829.734
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE CURITIBA PR	R\$ 11.163.598
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE FORTALEZA CE	R\$ 9.165.988
FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DE SÃO PAULO SP	R\$ 8.033.260
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE CAMPINA GRANDE DO SUL PR	R\$ 6.532.534
FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO PARANÁ PR	R\$ 5.242.219
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO LOURENÇO DO SUL RS	R\$ 3.675.582
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL SC	R\$ 2.620.748

Fonte: Receita Federal. Consulta da Nexo Investimento Social, via Lei de Acesso à Informação, 2018.



O Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte é o terceiro que mais recebeu doações.

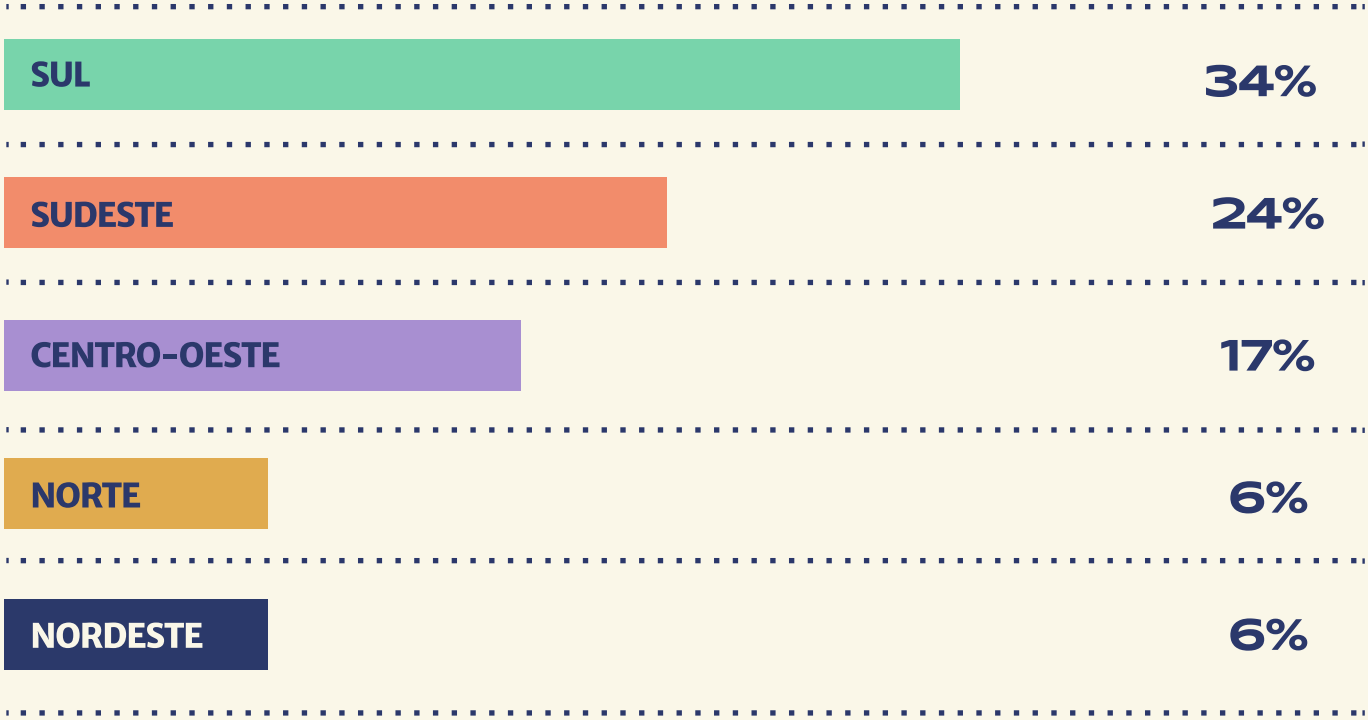
Onde o Fundo do Idoso já funciona e onde ainda não

“A concentração de municípios que fazem uso do Fundo do Idoso em determinadas regiões do país pode evidenciar uma desigualdade na aplicação desse recurso. É necessário que os gestores públicos e a sociedade civil de todas as regiões do Brasil compreendam a importância deste instrumento e trabalhem para implementá-lo de maneira efetiva em suas cidades, garantindo que as pessoas idosas — especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica — tenham acesso a projetos que promovam sua qualidade de vida e seu bem-estar”

Cleber Lopes, um dos pesquisadores responsáveis pelo mapeamento da Simbi, *social tech*.

Em 2022, a Simbi, *social tech* especializada em investimento social, fez um levantamento a respeito do funcionamento do Fundo do Idoso. Na análise dos pesquisadores Cleber Lopes, Eduardo Augusto, Mathieu Anduze e Pâmela Alves — responsáveis pelo mapeamento —, o Fundo do Idoso precisa ser mais bem entendido e utilizado por gestores públicos e pela sociedade civil organizada, sobretudo à luz do envelhecimento populacional.

Percentual de municípios que fazem uso do Fundo do Idoso por Região do Brasil



Fonte: Simbi Social, 2022

Ao longo do funcionamento do Fundo do Idoso, diversos municípios ainda não criaram os seus respectivos conselhos e fundos. “Com isso, o levantamento mostra que temos no Brasil uma distribuição desigual da presença desse mecanismo no território nacional. Ao estudar os dados de 2020, 2021 e 2022, fica evidente a proporção – muito abaixo do potencial – de municípios com a presença de Fundos do Idoso devidamente regularizados na Receita Federal”, afirma Mathieu Anduze.

Proporção de municípios por região com a presença de Fundos da Pessoa Idosa regularizados pela Receita Federal (2020–2022)

REGIÃO	2020	2021	2022
CENTRO-OESTE	5%	9%	17%
NORDESTE	2%	4%	6%
NORTE	1%	3%	6%
SUDESTE	9%	14%	28%
SUL	14%	23%	34%
BRASIL	7%	11%	19%

Fonte: Simbi Social, 2022

Transparência como instrumento para alavancar mais recursos para as leis de incentivo

Raphael Mayer, Forbes Under 30 Brasil em 2021, cofundador da Simbi Social e vencedor do Prêmio Empreendedor Social de Futuro 2018; é formado em Administração com especialização em empreendedorismo social pela Fundação Getúlio Vargas.

Foto: Vanessa Bulhões

As leis de incentivo fiscal têm um papel fundamental no financiamento para a transformação social positiva no Brasil. Dentro dessa lógica, a transparência do uso dos recursos é a base para fomentar uma nova cultura que garanta a governança do processo de ponta a ponta. Um dos passos dados no país nesta direção é a aprovação, em 4 de outubro de 2023, da Lei nº 14.692/2023 – que promove alterações na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa novidade impacta, diretamente, o Fundo do Idoso.



As leis de incentivo fiscal têm um papel fundamental no financiamento para a transformação social positiva no Brasil.

No detalhe, os Fundos da Criança e do Adolescente e os do Idoso andam juntos em termos de modelos e estruturas. À medida que o primeiro sofre alterações, o segundo incorpora tais mudanças.

A boa notícia é que a mudança nos Fundos da Criança e do Adolescente passa a permitir que os contribuintes que realizem doações, legalmente constituídos, tenham a oportunidade de escolher previamente projetos aprovados pelos respectivos Conselhos da Criança e do Adolescente — e que estejam catalogados em um banco de projetos específico para receberem essas doações. Com essa legislação, o parlamento brasileiro reconhece o direito do doador de participar ativamente no processo de destinação dos recursos. Ao mesmo tempo, a lei preserva a autonomia dos Conselhos, estabelecendo que essa seleção só pode ocorrer nos casos de projetos previamente aprovados e listados no banco de projetos. A normativa, além disso, estabelece diretrizes para os proponentes de projetos: a captação de recursos deve acontecer em até dois anos contados da data de aprovação, prorrogáveis por igual período.

A expectativa é que os Fundos do Idoso possam seguir o mesmo caminho de transparência — algo que teria impacto direto e alavancaria a captação de recursos. Na prática, sobretudo na

percepção das empresas investidoras, há uma correlação entre transparência e capacidade de captação de recursos via leis. O patrocinador enxerga a falta de transparência do fundo como um risco ao seu investimento. A demora para alguns recursos chegarem à ponta aumenta a sensação de insegurança e compromete a efetividade do impacto social positivo.

Diante da urgência em articular todos os recursos possíveis para apoiar iniciativas em prol da população 60+ do Brasil, a transparência dessa lei é importante por algumas razões fundamentais. Uma delas é que fornece informações que capacitam empresas e cidadãos a tomar decisões assertivas; ela cria, também, um ambiente de negócios mais previsível e estável, atraindo investimentos e estimulando o crescimento econômico. Empresas e investidores têm mais confiança em economias nas quais há transparência nas regras e nos regulamentos. ■



O Fundo do Idoso como Investimento Social

Voltamos com Stefane Rabelo, diretora-executiva da Nexo Investimento Social. Aqui, algumas impressões valiosas sobre o Fundo do Idoso de quem apoia diversas organizações que se financiam por meio do mecanismo.

Foto: unsplash.com

S : O Fundo do Idoso parte de um princípio de descentralização e democratização. Assim, cada Estado ou município precisa criar e regulamentar o seu fundo para que ele funcione, inclusive com algum mecanismo de incentivo fiscal para que ele atraia recursos. Essa característica é muito interessante do ponto de vista democrático, porque permite que cada Estado ou município determine o que é importante para a sua localidade. Para efeito de comparação, a Lei Rouanet é uma, ou seja, vale para qualquer localidade do Brasil, com regras unificadas. No caso do Fundo do Idoso, temos um contexto em que cada território cria o seu; o Fundo do Idoso de Belo

Horizonte, por exemplo, é totalmente diferente do mecanismo de Fortaleza. Contamos com essa beleza de termos um mecanismo que comporta especificidades dos diferentes locais do país. Entretanto, quando há essa autonomia, enfrentamos diversos problemas relativos à regulamentação dos fundos e à própria existência, assim como as regras.

S : Quando dizemos que o Fundo do Idoso é complexo e pouco conhecido, temos que enxergar que ele praticamente não existe na maior parte dos municípios do Brasil.

Quando existe, não está regulamentado como um mecanismo de incentivo fiscal e não tem capacidade de atrair recursos.

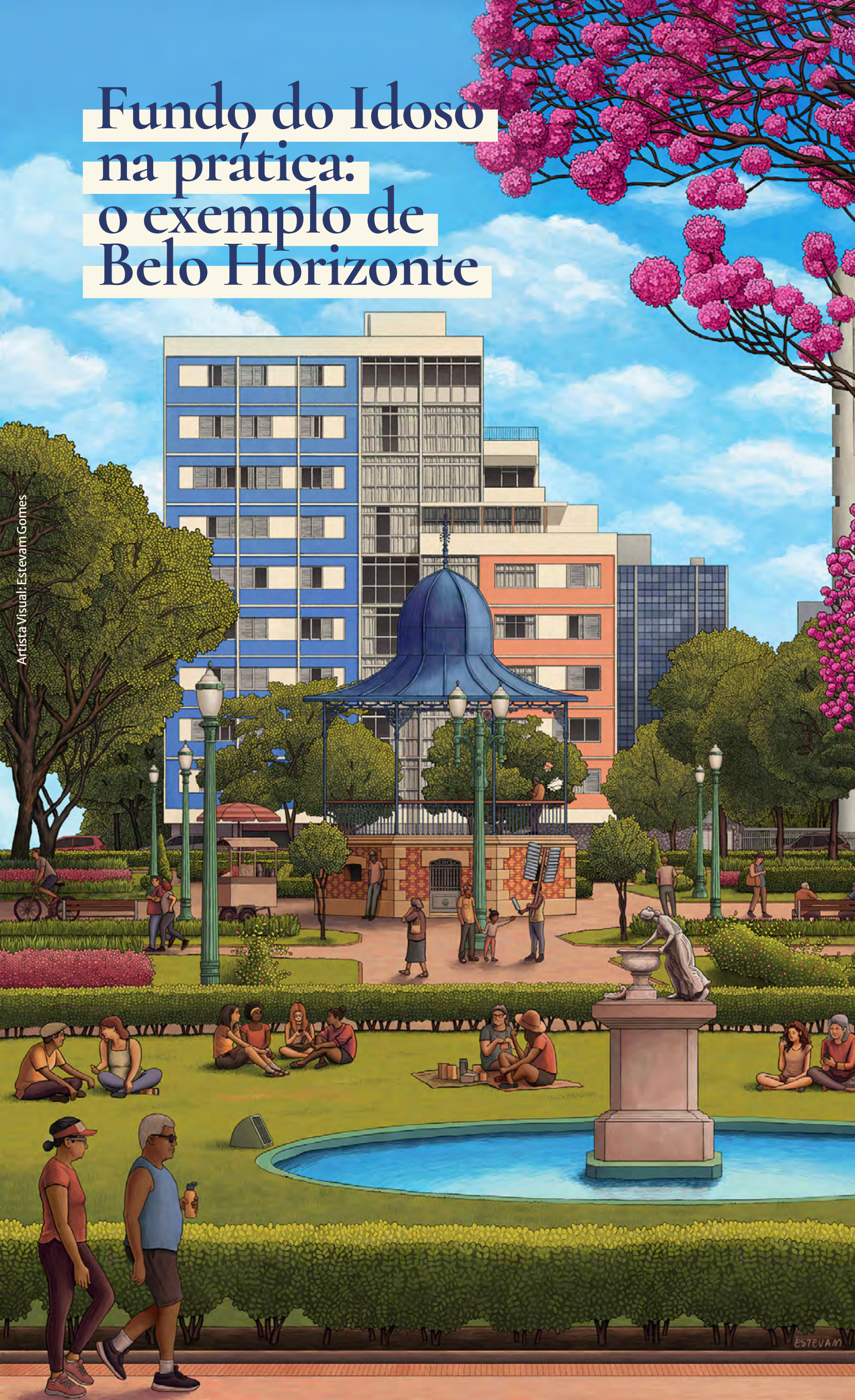
Vale dizer que a regulamentação de um fundo é um processo técnico e político, tornando-o complexo. O fato de a maioria dos municípios do país não terem Fundos do Idoso, faz com que as empresas não conheçam o mecanismo, portanto, não possam utilizá-lo. Inclusive, um ponto é que cada fundo define quando vai lançar um edital — o que permite que as organizações credenciadas submetam projetos para a análise. Quando aprovados, haverá um outro processo de transferência de recursos, que é burocrático e segue prazos não unificados. Para uma empresa é muito difícil entender que o recurso investido em um fundo não foi liberado no mesmo ano-base. Ou seja, de ponta a ponta há especificidades geradas pelo fato de as regras não serem únicas para todo o território nacional.

S : Quando defendemos que as empresas devem fazer uso do Fundo do Idoso para apoiar projetos relevantes, falamos sobre um cenário muito atual: o Brasil está passando por uma inegável transição demográfica; envelhecimento tem que estar na pauta das empresas — não há como olhar para o investimento social ignorando a realidade de que a população do país está envelhecendo. Quando olhamos para um mecanismo voltado para a população idosa, as próprias empresas deveriam adaptar suas diretrizes para incluir apoio a projetos que usam o recurso do Fundo do Idoso. Hoje, de uma maneira geral, apoiar a cultura está dentro da área de marketing de uma empresa, o Fundo do Idoso, por sua vez, está dentro de uma área da corporação que olha para o social. Entretanto, diante desse envelhecimento populacional, todas as áreas que fazem um investimento social devem estar informadas sobre o mecanismo que dá 100% de abatimento no Imposto de Renda. Embora o diagnóstico que temos é de que são poucas as empresas que utilizam o mecanismo, temos trabalhado para disseminar informações de quanto o Fundo do Idoso pode ser visto e tratado como um importante ativo financeiro para as empresas e um suporte à implementação do “S”, do ESG.

S : A dica para as organizações que trabalham com a temática do idoso é que olhem para dentro do próprio município para entender como o Fundo do Idoso funciona na localidade. Se não estiver regulamentado, o primeiro passo é entender como funciona e passar a trabalhar pela implementação desse mecanismo; para as que estão em territórios com o fundo implementado, a dica é ficarem atentas a editais e seus funcionamentos. No site da Nexo Investimento Social, temos vários conteúdos que podem auxiliar na construção desse conhecimento. Do ponto de vista das empresas, pesquisarem mais sobre os fundos, os projetos aprovados e em quais territórios estão disponíveis. Vale salientar que precisamos que a tríade — empresas, governos e sociedade civil — se movimente de maneira inteira para que o Fundo do Idoso possa ser usado de verdade. Uma provocação para as corporações é que busquem entender em quais territórios os seus recursos são mais importantes e onde eles farão de fato a diferença para além do eixo Sudeste. ■

Fundo do Idoso na prática: o exemplo de Belo Horizonte

Artista Visual: Estevam Gomes



ESTEVAM

Como destacamos no início do Capítulo 3, o Fundo do Idoso traz a oportunidade de promover uma interseccionalidade essencial na era da longevidade, ao reunir esforços do setor público, do setor privado e da sociedade civil. Neste artigo, exploramos como esse mecanismo opera em Belo Horizonte, apresentando visões e contribuições de atores desses três segmentos.



O estudo que você está lendo é uma das iniciativas do Programa BASIS, e sua realização só foi possível graças ao apoio e fomento dos patrocinadores Instituto Votorantim, B3, Usiminas, BrasilPrev, Cemig e Unimed Belo Horizonte. Todos contribuíram por meio do Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte.

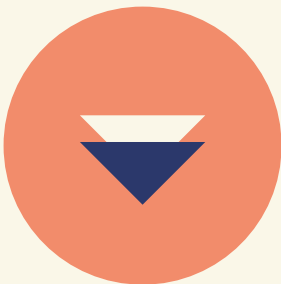




Foto: Arquivo pessoal

O Fundo do Idoso, pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Belo Horizonte

Gelton Pinto Coelho, economista e presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Belo Horizonte, conta um pouco de como é, na prática, a gestão de um dos mais longevos fundos do idoso do país.

1

QUAL É O PANORAMA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BELO HORIZONTE, HOJE?

O Conselho de Belo Horizonte é um dos pioneiros no Brasil; nosso Fundo do Idoso foi criado por meio da Lei nº 8.288, de 28 de dezembro de 2001. O Fundo e o Conselho são pautados por decisões democráticas: metade dos conselheiros são do governo e a outra metade da sociedade civil. De três em três anos fazemos o processo eleitoral, acordando que a cada triênio ele será liderado ora pelo governo, ora pela sociedade civil.

O planejamento das ações também obedece a critérios democráticos e há uma continuidade nas iniciativas, sem interrupção de processos a cada gestão. A gestão passada enfrentou o desafio absurdo da pandemia e auxiliou o público-alvo a atravessar condições muito adversas. Não à toa, a atuação

acertada ajudou Belo Horizonte a ter um dos menores índices de falecimento devido à Covid-19 entre as grandes capitais. O cenário exigiu recursos financeiros do Conselho e a participação de conselheiros e conselheiras na atuação prática, inclusive nas ações, principalmente em instituições de longa permanência; no apoio à alimentação (cestas básicas) e limpeza. Paralisamos alguns projetos – porque, naquele momento, o foco era a sobrevivência –, e, hoje, estamos retomando.

Temos o Centro de Referência da Pessoa Idosa, em que estamos trabalhando para finalizar alguns projetos como a reforma das piscinas, as hortas suspensas e ações para atender o público idoso não apenas daquela regional como em um todo. O nosso trabalho, no último ano, tem sido para expandir os centros de referência para outras regionais. **Criamos um edital que aumenta o valor a ser investido: de R\$ 9,6 milhões para R\$ 12 milhões.** Esse aumento vem da reflexão de que precisamos incentivar mais organizações a participarem do edital. Temos muitos projetos e muitos sonhos, mas precisamos sonhar ainda mais alto para atender à nossa cidade; precisamos de mais verba para alcançar mais gente.



Centro de Referência da Pessoa Idosa é um espaço de 18 mil m² da prefeitura de Belo Horizonte que oferece programas e serviços para residentes com 60 anos ou mais.



QUAL É A VISÃO DE FUTURO DO FUNDO E DO CONSELHO DE BH?

Eu diria que é uma visão de presente! Temos um programa há 14 anos de acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, no qual temos equipes de saúde e assistência social. Então, temos muitos projetos nos quais precisamos da iniciativa privada e do poder governamental para avançarmos mais. Diante disso, o nosso plano do presente é ampliar nossa atuação, chegando a mais parceiros e organizações. E, vale dizer, o nosso foco é atender todos os idosos, independentemente da classe social.



COMO FUNCIONA O FUNDO DO IDOSO EM BELO HORIZONTE?

O Fundo é uma lei federal, de renúncia fiscal, que apresenta duas formas de entrada de recursos: investimento direto das empresas para o fundo ou através de edital, nos quais captamos para projetos específicos. As entidades mandam projetos para o fundo; os aprovados recebem um certificado de captação e as empresas podem fazer a doação para o fundo. Em Belo Horizonte, temos projetos espetaculares e instituições muito corretas e sérias – o que nos dá tranquilidade. No nosso caso, a entidade que capta recursos diretamente tem 80% do valor para fazer o projeto, e 20% ficam no fundo para gestão e

projetos de políticas públicas. Entendemos de duas formas: há a política pública, que é mais ampla; há o direcionamento de determinada instituição, que tem uma visão mais segmentada. Como precisamos atingir políticas públicas mais abrangentes, adotamos esse modelo.

4 QUAIS SÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VOCÊS APOIAM?

Muitas! Um dos exemplos é a necessidade de apoiar reformas pontuais, adaptações ou trocas de equipamentos de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e alguns hospitais. Nos últimos anos, tivemos um problema grave de falta de destinação de recursos do governo estadual e federal; então, o fundo nesse período cumpriu o papel de complementar com recursos para manter a política pública. Na saúde, Belo Horizonte recebe um fluxo grande de pacientes de outros municípios, então, o Fundo – diretamente ou indiretamente – acaba contribuindo para atender idosos de outras localidades.

5 QUAIS NOVOS PROJETOS VOCÊ DESTACARIA?

Temos o projeto *Casa Segura*, no qual faremos reformas em casas de idosos, na perspectiva de tornar a casa segura. Temos organizações fazendo trabalhos espetaculares; temos corais,

curso de empreendedorismo, informativos sobre uso de WhatsApp, prevendo segurança digital... tudo apoiado pelo Fundo. A nossa capilaridade de diálogo com a sociedade civil é muito grande e planejamos ampliar ainda mais. E, para isso, contamos com as nossas regionais.

6

O QUE FAZ UM PROJETO SER APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BELO HORIZONTE? QUAIS SÃO AS MÉTRICAS E PREMISSAS AVALIADAS POR VOCÊS?

Temos uma abertura grande para projetos 60+. Pode ser de cultura, de saúde, de formação de pessoas. A nossa questão é como atingir o público-alvo, quais transformações sociais o projeto propõe fazer. A nossa métrica é saber se ele é capaz de realizar o que a organização está propondo. Nós temos no conselho as comissões, e conseguimos, via edital, sinalizar essas demandas. Quando trabalhamos pela superação da Covid-19, o nosso edital trazia os pormenores da nossa busca; o atual busca maior integração dos idosos, ou seja, projetos que promovam a inclusão do nosso público-alvo, que ficou tão isolado na pandemia. Esses apontamentos passam por mobilidade e demais temáticas.



E QUAIS TEMÁTICAS VOCÊ CONSIDERA URGENTES? OU SEJA, O QUE PRECISAMOS, COMO SOCIEDADE, DEBATER?

Acredito que seja urgente o debate sobre o investimento de recursos públicos, de Estados e de governos, para um direcionamento adequado em prol da população idosa. Ouvimos falar que não há recursos – o que não é verdade! E precisamos desse melhor direcionamento para responder a questões como a da habitação com uma política de moradia; da inflação que impacta a pessoa idosa de maneira distinta de outros públicos; do preço dos remédios e de itens de uso dos idosos.

Precisamos discutir, ainda, equipamentos públicos. Da mesma forma com que temos as escolas e creches para atender as crianças, precisamos pensar em equipamentos para os idosos, um local que durante o dia possa gerar uma maior integração entre eles. Os vínculos afetivos ajudam muito na superação das dificuldades; enfrentar em grupo é mais fácil. Temos que combater o isolamento das pessoas! De um lado, temos uma população mais pobre que não alcança a longevidade por falta de condições financeiras – e o fundo age diretamente para superar isso – e, do outro, temos uma população mais abastada com capacidade financeira, que vive mais anos, mas que está

isolada, sem alimentação adequada, mesmo tendo recursos financeiros e com baixa qualidade de vida. Temos que integrar todo mundo!

Um terceiro tema é o abandono de idosos nos hospitais e a recorrência de internações. Cerca de 17% das internações de idosos, em Belo Horizonte, são por infecções urinárias, inclusive de repetição. Vemos, com isso, que o acompanhamento após a alta hospitalar precisa acontecer.



Precisamos ampliar o diálogo e criar métricas para o acompanhamento do investimento via Fundo do Idoso. A gente quer vida e vida em abundância!

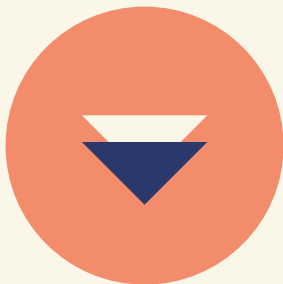




Foto: Arquivo pessoal

O Programa BASIS, beneficiado pelo Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte

Luiza Ribeiro Fagundes, gerente de projetos da Fundação Dom Cabral, conta mais sobre o programa BASIS, que inclui o estudo “Investimentos Sociais Privados e a Longevidade”.

1 O QUE É O PROGRAMA BASIS?

O BASIS – Jornada de Capacitação para Gestores de Iniciativas Sociais – é um programa que tem como objetivo ampliar o conhecimento em gestão por meio de conteúdos com fundamentos básicos sobre o tema. Ele é composto por módulos e monitorias on-line, além de conteúdos assíncronos, que abordam os temas de Estratégia, Governança, Pessoas, Processos, Mobilização de Recursos, Finanças e Comunicação. A jornada possui uma carga horária otimizada que permite aos alunos conciliarem sua participação com as atividades profissionais, em um contexto de equipes enxutas e grande volume de trabalho característicos do terceiro setor.

2

QUAL O PÚBLICO DESTA INICIATIVA?

O programa da Fundação Dom Cabral tem como público-alvo gestores de Organizações da Sociedade Civil que desejam se capacitar em fundamentos básicos de gestão e governança para aplicar nas iniciativas em que atuam. Atualmente, estão sendo realizadas 14 turmas do BASIS por meio de recursos de incentivo fiscal com o Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte. Esse projeto é direcionado para gestores e colaboradores de OSCs e lideranças sociais que atuam com o público de pessoas idosas no município de Belo Horizonte. Essa é uma oportunidade de fomentar a profissionalização do segmento e fortalecer as ações em prol da população idosa da cidade.

3

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA?

O BASIS contribui para a profissionalização da gestão das organizações e dos projetos sociais. Ele possibilita a evolução do conhecimento dos participantes e isso se reflete na gestão das iniciativas, cujo resultado para a sociedade é potencializado a partir de uma atuação mais eficiente. Além disso, a troca entre os gestores de diferentes projetos promove o compartilhamento de soluções, fortalecendo o setor.

4

JÁ EXISTE UM CAMINHO DE IMPACTO SENDO AVALIADO?

A FDC está envolvendo um Índice de Maturidade em Gestão que vai permitir avaliar os avanços na gestão das organizações participantes, de modo a atuar de forma precisa nos pontos críticos da administração dessas iniciativas.

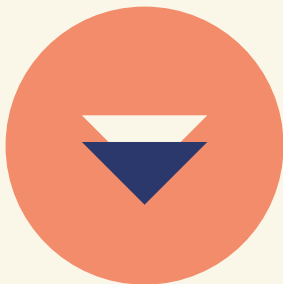




Foto: Arquivo pessoal

Investimento social pelo olhar de quem investe

Dra. Mercês Fróes, diretora de Relacionamento com os cooperados da Unimed, explica um pouco do papel do doador num projeto vinculado ao Fundo do Idoso.

1

O QUE É O INSTITUTO UNIMED-BH?

Em 2003, a Unimed-BH criou o Instituto Unimed-BH, braço social da cooperativa que é responsável pela gestão do investimento social privado da instituição, incluindo valores de repasse direto da Unimed-BH e de captação de pessoa física e pessoa jurídica nas leis de incentivo.

Nossos projetos socioculturais e socioambientais visam à formação da cidadania, estimulando o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, fomentando a economia criativa e valorizando espaços públicos e o meio ambiente. **O Instituto já destinou mais de R\$ 190 milhões por meio das leis de incentivo municipal e federal, fundos do idoso e da**

criança e do adolescente, com o apoio de mais de 5,6 mil médicos cooperados e colaboradores da Unimed-BH. Só em 2023, mais de 13 mil postos de trabalho foram gerados e dois milhões de pessoas alcançadas por meio de projetos em cinco linhas de atuação: Comunidade, Voluntariado, Meio Ambiente, Adoção de Espaços Públicos e Cultura, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

2

INTERAGE COM A UNIMED-BH? HÁ METAS E VISÕES COMPARTILHADAS? OS INVESTIMENTOS SOCIAIS SE INTEGRAM À ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA (ESG)?

O Instituto Unimed-BH, apesar de independente da cooperativa, faz parte da estrutura organizacional da Unimed-BH, trabalhando como uma área que está subordinada a uma Superintendência Executiva e à Diretoria da Unimed-BH. Portanto, as metas e visões são compartilhadas e previstas no planejamento estratégico da Unimed-BH. Além disso, faz parte do Comitê de Sustentabilidade da Unimed-BH e contribui diretamente para as ações de ESG da casa. A palavra cuidado nos une!

3

PODE NOS DAR EXEMPLOS DE PROJETOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO IDOSA QUE TIVERAM UM IMPACTO SIGNIFICATIVO TANTO PARA A SOCIEDADE QUANTO PARA A UNIMED-BH?

Vários projetos de organizações sociais são realizados em parceria com o Instituto Unimed-BH para a população idosa. Alguns bons exemplos são:

Projeto Sabiá, via Lei de Incentivo à Cultura Federal, que, há mais 10 anos, realiza atividades socioculturais em praças e de formação para pessoas 50+ e é realizado pelo parceiro Encanta que Voa.

Jogos de Afeto, via Lei de Incentivo à Cultura Federal, que, desde 2009, realiza cursos de teatro em instituições sociais e busca desenvolver as potencialidades físicas e mentais com jogos que trabalham a memória, coordenação motora e que promovem a interação social e é realizado pelo parceiro Galpão Cine Horto.

Entrelinhas, via Fundo do Idoso, que tem como objetivo contribuir para o reconhecimento e/ou desenvolvimento de habilidades da população envelhescente e idosa, por meio da realização de atividades de estímulo ao protagonismo, às trocas intergeracionais, ao contato com conteúdo artístico cultural, de saúde e bem-estar e é realizado pelo parceiro CDM – Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana.

4

COMO VOCÊ PERCEBE O INVESTIMENTO EM PROJETOS QUE QUALIFIQUEM A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMO O BASIS?

É superimportante! O BASIS foi desenvolvido com o intuito de capacitar os gestores de iniciativas sociais de pequeno porte para assimilarem os fundamentos de governança e gestão necessários para obter melhores resultados e buscar a sustentabilidade da organização. A FDC tem como objetivo realizar 14 turmas do BASIS com gestores de iniciativas sociais e lideranças sociais que atuam com pessoas idosas em Belo Horizonte. Essa troca de tecnologia e construção de conhecimento para o cuidado adequado e com viés respeitoso e de valorização das pessoas envelhecidas é convergente com o propósito do Instituto e da Unimed-BH.

5

QUAIS SÃO OS MAIORES DESAFIOS ENFRENTADOS POR VOCÊ HOJE NO INSTITUTO UNIMED-BH? E QUAIS AS MAIORES OPORTUNIDADES?

Os desafios são:

- ▶ Seguir investindo no propósito de construção da cidadania, entendendo que milhares de pessoas dependem do nosso compromisso. Em alguns casos essa dependência é de 100%,

ou seja, se o Instituto não aportar recurso, as iniciativas deixam de existir; e,

- ▶ Ampliar, anualmente, o acesso dos proponentes culturais e das instituições sociais ao incentivo do Instituto Unimed-BH.

As oportunidades também são muitas, mas destaco as seguintes:

- ▶ Inspirar e contribuir para os objetivos e a pauta da Agenda 2030 valorizando a pauta ESG para dentro e fora do Instituto e da Unimed-BH;
- ▶ Alinhar a vontade de fazer o bem de nossos cooperados e colaboradores com o propósito do Instituto Unimed-BH, multiplicando o valor aportado e arrecadado em projetos que impactem de forma genuína milhares de pessoas;
- ▶ Por fim, inspirar outras entidades, cooperativas e empresas a ampliarem sua atuação e seu investimento – via pessoa física, jurídica, com recurso direto e incentivado, por meio do voluntariado corporativo – em projetos socioculturais e socioambientais.

APRENDIZADOS:

ENCONTRO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS COM A LONGEVIDADE

1

O Fundo do Idoso é o mecanismo incentivado desenhado precisamente para atender aos brasileiros maduros e exige que municípios e estados se organizem para angariar e distribuir os recursos. Empresas e contribuintes que pagam Imposto de Renda podem direcionar recursos para diversos projetos em todo o país, de forma segura e transparente.

2

Somente 19% dos municípios brasileiros tinham fundos regularizados em 2022, embora o número tenha saído dos 7% somente dois anos antes. A baixa adesão mostra que ainda há muitas oportunidades nas cidades brasileiras para a criação do mecanismo de incentivo a projetos para o público maduro.

3

Quem já usa o mecanismo vê resultados importantes, como a atuação do Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte. A boa gestão permitiu o apoio a idosos afetados pela pandemia e a diversos projetos para idosos de todas as classes, raças e regiões da cidade.

Neste estudo, exploramos a conexão entre a longevidade e o investimento social privado, destacando como o incentivo fiscal, via Fundo do Idoso, é um ótimo exemplo do impacto positivo que a colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil pode ter na vida dos idosos.

Trouxemos uma visão inovadora sobre o impacto social da longevidade, discutindo desafios, soluções e os diferentes atores e organizações envolvidos neste ecossistema. Quer se aprofundar na Revolução da Longevidade? Conheça também os outros estudos da FDC Longevidade.

NOS VEMOS EM BREVE!



www.fdc.org.br/fdclongevidade

Referências Bibliográficas

ESTUDOS E PESQUISAS

- ▶ **Censo 2022, IBGE, 2023**
censo2022.ibge.gov.br/
- ▶ **Censo GIFE 2022-2023, GIFE, 2022**
sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2022-2023
- ▶ **Estudo A Onda Verde, Climate Ventures e Pipe.Labo, 2021**
aondaverde.com.br/o-estudo/
- ▶ **FDC Longevidade: Sociedade, FDC, 2021**
www.fdc.org.br/conhecimento/publicacoes/relatorio-de-pesquisa-35264
- ▶ **Longevity Economy Principles: The Foundation for a Financially Resilient Future, World Economic Forum, 2024**
www.weforum.org/publications/longevity-economy-principles-the-foundation-for-a-financially-resilient-future/
- ▶ **Sustentabilidade Dossiê Brasil, A Arte da Marca, 2022**
www.aartedamarca.com.br/
- ▶ **Who Cares Wins, The Global Compact, 2004**
www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf

LINKS

- ▶ **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos, Agência IBGE Notícias, 2023**
agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos
- ▶ **Contador População 50+ Brasil, Longevidade Expo + Fórum**
contador.longevidade.com.br/
- ▶ **Doughnut Economics Action Lab**
doughnuteconomics.org/
- ▶ **Fundo do Idoso: Orientações para os Conselhos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019**
- ▶ **Fundos do Idoso e Fundos da Infância e Adolescência: como eles têm distribuído recursos em nosso país?, Blog da Nexo, 2022**
nexo.is/blog/fundo-do-idoso-e-fundo-da-infancia-e-adolescencia-recursos/
- ▶ **O que é a economia regenerativa e por que isso importa à sua empresa, Giovanna Riato, Projeto Draft, 2020**
<https://www.projetodraft.com/o-que-e-a-economia-regenerativa-e-por-que-isso-importa-a-sua-empresa/>
- ▶ **O Japão como lente para a introdução às economias regenerativas, Paula Costa, Alice Wonders, 2023**
<https://alicewonders.ws/blog/2023/11/30/o-japao-como-lente-para-introducao-as-economias-regenerativas/>

- ▶ **Quais são os impactos do envelhecimento acelerado da população brasileira?**, José Pastore, O Estado de S. Paulo, 2023
www.estadao.com.br/economia/jose-pastore/impactos-envelhecimento-acelerado-brasil
- ▶ **Quer um Conselho? Guia Prático para a Criação de Conselhos e Fundos Estaduais e Municipais de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**, Conselho Nacional dos Direitos Humanos / Secretaria de Direitos Humanos, 2013
www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/cartilha-quer-um-conselho-guia-pratico-para-a-criacao-de-conselhos-e-fundos-estaduais-e-municipais-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa/view
- ▶ **Políticas públicas para idosos são pontuais e insuficientes**, Valor Econômico, 2023
valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/23/politicas-publicas-para-idosos-sao-pontuais-e-insuficientes.ghtml
- ▶ **População idosa do Brasil atinge 15,8%, maior percentual da história**, Valor Econômico, 2023
valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/09/pessoas-com-mais-de-60-anos-sao-158-dos-brasileiros.ghtml